

Cristiano Chaves de Farias  
Nelson Rosenvald

# Curso de **DIREITO** **CIVIL**

**22<sup>a</sup>**

Edição

REVISTA  
ATUALIZADA  
AMPLIADA

Parte Geral e LINDB

**1**

**2024**



**EDITORA**  
*Jus*PODIVM

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

# Sumário

<b>Palavras Prévias 22ª edição.....</b>	<b>29</b>
<b>Apresentação .....</b>	<b>31</b>
<b>Prefácio .....</b>	<b>33</b>
<b>Capítulo I</b>	
<b>Introdução ao Direito Civil .....</b>	<b>35</b>
1. Noções conceituais sobre o direito e a ciência do direito.....	36
2. Acepções da palavra direito.....	39
2.1 Noções gerais.....	39
2.2 Direito objetivo e direito subjetivo.....	40
2.3 Direito potestativo .....	42
2.4 Direito positivo (e pós-positivismo jurídico) e o direito consuetudinário: as duas grandes tradições jurídicas mundiais .....	44
2.5 Direito natural.....	47
3. Instrumentos de Controle Social .....	48
4. Divisão do Direito (A clivagem entre o Direito público e o Direito privado).....	49
5. O Problema da Unificação do Direito Privado e a Evolução da Codificação no Direito Civil Brasileiro .....	53
6. O Código Civil de 2002 e os seus Paradigmas (os valores da codificação brasileira) .....	57
6.1 Os paradigmas (ou diretrizes) do Código Civil de 2002.....	57
6.2 A nova técnica normativa do Direito Civil brasileiro: as cláusulas gerais e os conceitos jurídicos indeterminados no Código Civil de 2002 .....	58
6.3 A socialidade .....	61
6.4 A eticidade .....	63
6.5 A operabilidade ou concretude .....	67
7. Conceito (Constitucionalizado) de Direito Civil e a sua Sistematização.....	68
8. Procurando Um Significado para A Constitucionalização do Direito Civil e a Civilização do Direito Constitucional .....	72
9. A Aplicação dos Direitos Fundamentais (Constitucionais) nas Relações Privadas (A Chamada eficácia horizontal dos direitos fundamentais).....	83
10. A Aplicação dos Tratados e Convenções Internacionais no Âmbito das Relações de Direito Civil (eficácia supralegal das convenções internacionais ou convencionalização do direito civil) .....	88
11. A eficácia (horizontal) dos Direitos Sociais nas Relações Privadas e a tese do Estado de Coisas Inconstitucional – ECI.....	92

12. O Diálogo das Fontes como Mecanismo de Aplicação das Normas de Direito Privado....	96
13. Os Princípios do Direito Civil e as suas Tendências Contemporâneas .....	101
13.1 A propalada bipartição das normas jurídicas: a dicotomia estrutural das regras e dos princípios.....	101
13.2 A distinção entre texto, norma, interpretação e aplicação .....	105
13.3 A inexistência de hierarquia normativa entre princípios e regras .....	106
13.4 O que são os princípios normativos? .....	109
13.5. Um estranho no ninho: os princípios fundamentais, os princípios gerais e os <i>postulados</i> .....	112
13.6 Os princípios e a técnica de ponderação de interesses (técnica de balanceamento) aplicada no Direito Civil.....	116
13.7 A aplicação das normas-regras e a excepcional possibilidade de derrotabilidade (superabilidade ou <i>defeseability</i> ) nos <i>extreme cases</i> (casos extremos).....	120
14. A aplicação do Direito Civil e os desacordos morais razoáveis .....	126

## Capítulo II

<b>A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro .....</b>	<b>129</b>
1. Noções Gerais.....	130
2. As Fontes do Direito .....	134
2.1 Considerações introdutórias.....	134
2.2 Fontes materiais, formais e não formais.....	134
2.3 Fontes imediatas e mediatas.....	135
3. Interpretação das Normas .....	139
4. A Necessária e cuidadosa distinção entre Texto, Norma, Interpretação e Aplicação .....	146
5. Integração das Normas .....	147
6. Vigência das Normas .....	156
7. A Obrigatoriedade das Normas.....	164
8. A Eficácia das Leis no Tempo .....	167
9. Eficácia das Leis no Espaço.....	174
9.1 A aplicação da lei estrangeira e o princípio da territorialidade mitigada (moderada)...	174
9.2 O respeito à ordem jurídica brasileira como filtro para a admissão da legislação ou homologação da decisão estrangeira no território nacional.....	177
9.3 A aplicação da sentença ou do laudo arbitral estrangeiro e a necessidade de <i>exequatur</i> (homologação) do Superior Tribunal de Justiça .....	179
9.4 Prova dos fatos ocorridos no exterior .....	185
9.5 O Direito das Famílias e a sua aplicação no espaço (Direito Internacional das Famílias).....	186

10. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a segurança jurídica das relações com a administração pública .....	189
10.1 Proibição de decisão baseada em valores jurídicos abstratos nas esferas administrativa, controladora e judicial .....	189
10.2 Indicação expressa dos efeitos da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa .....	192
10.3 Interpretação das normas jurídicas sobre gestão pública .....	193
10.4 Decisões sancionatórias (punitivas) ou de validade e sua necessária dosimetria ....	194
10.5 Mudança de interpretação ou orientação sobre as normas de direito público e a modulação eficaz.....	196
10.6 Respeito à confiança: revisões relativas à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa devem se submeter à norma do tempo de sua celebração .....	198
10.7 Compromisso de ajustamento de conduta para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa .....	200
10.8 Possibilidade de imposição de compensação.....	201
10.9 Responsabilidade civil do agente público.....	202
10.10 Possibilidade de consultas públicas.....	207
10.11 Instrumentos para maximizar a segurança jurídica .....	208

### Capítulo III

<b>A Personalidade Jurídica e os Direitos da Personalidade .....</b>	<b>209</b>
1. A Dignidade da Pessoa Humana como Valor Fundamental do Ordenamento Jurídico Brasileiro .....	210
2. A Pessoa.....	215
2.1 Generalidades .....	215
2.2 Espécies de pessoas .....	216
3. A Personalidade Jurídica .....	218
4. Os Direitos da Personalidade .....	221
4.1 Breve esboço histórico .....	221
4.2 Noções conceituais: das velhas definições ao dogma fundamental do Direito Civil-Constitucional .....	222
4.3 Fontes .....	224
4.4 Características .....	226
4.5 As liberdades públicas e os direitos da personalidade.....	231
4.6 A possibilidade de colisão entre os direitos da personalidade e a <i>liberdade de imprensa</i> , ou a <i>liberdade de expressão</i> , e o critério de solução adequado (inadmissibilidade do <i>hate speech</i> ) e o direito de resposta .....	232

4.7	A liberdade de expressão, os direitos da personalidade e a publicação das biografias não autorizadas.....	240
4.8	Existiria um direito (da personalidade) ao esquecimento?.....	244
4.9	A proteção dos direitos da personalidade e a insuficiência dos argumentos clássicos: a tutela avançada (preventiva e repressiva) dos direitos da personalidade.....	248
4.10	A proteção da personalidade da pessoa morta e os lesados indiretos.....	257
4.11	Classificação dos direitos da personalidade.....	261
4.11.1	Noções gerais: não taxatividade dos direitos da personalidade.....	261
4.11.2	Cláusula geral de proteção da personalidade: o direito à vida (digna) como pressuposto dos direitos da personalidade.....	263
4.11.3	Proteção da dignidade da pessoa humana e o combate ao <i>bullying</i> .....	264
4.11.4	Direito à integridade física.....	265
4.11.5	Direito à integridade psíquica (moral).....	299
4.11.6	Direito à integridade intelectual.....	329
5.	O Nome Civil.....	344
5.1	Noções conceituais e características.....	344
5.2	O registro público do nome civil em cartório e a compatibilização com a sua natureza personalíssima.....	347
5.3	Elementos componentes do nome civil.....	350
5.4	O princípio da inalterabilidade relativa e as hipóteses de alteração do nome civil.....	353
5.5	Hipóteses controvertidas de mudança do nome civil.....	361
5.6	A tutela jurídica do nome civil (procedimento para a proteção do nome).....	367
5.7	O uso de nome social.....	368
5.8	O nome comercial.....	369
5.9	A tutela jurídica do nome civil.....	370

## Capítulo IV

<b>A Pessoa Natural</b> .....	<b>373</b>
1. Noções Conceituais sobre a Pessoa Natural.....	374
2. O Início da Pessoa Natural.....	376
3. O Tratamento Jurídico do Nascituro.....	377
4. Há Possibilidade de responsabilidade civil da gestante por condutas prejudiciais ao nascituro durante a gravidez?.....	387
5. O Tratamento Jurídico do Embrião Laboratorial ( <i>in vitro</i> ).....	389
6. A Capacidade Civil: A Capacidade de Fato (ou de Exercício), a Capacidade de Direito (ou de Gozo) e a Teoria das Incapacidades.....	391

6.1	Noções gerais sobre a capacidade jurídica.....	391
6.2	A distinção entre a capacidade jurídica e a legitimação.....	392
6.3	A capacidade de direito e a capacidade de fato .....	392
6.4	A nova teoria das incapacidades à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão).....	393
6.5	O tratamento jurídico dedicado à pessoa com deficiência pelo Direito Civil.....	400
6.6	Hipóteses de incapacidades (à luz da Lei Brasileira de Inclusão).....	406
6.7	As pessoas com deficiência que podem exprimir vontade e o procedimento especial de Tomada de Decisão Apoiada (TDA).....	414
6.8	A situação jurídica das pessoas com deficiência que foram interditadas, sob o regime anterior, mas podem exprimir vontade (aplicação temporal da Lei Brasileira de Inclusão).....	420
6.9	Críticas (justas) à teoria das incapacidades.....	421
6.10	O reconhecimento das incapacidades e a ação de curatela .....	424
6.10.1	As incapacidades e a proteção da dignidade humana do interditando (a curatela em visão civil-constitucional) .....	424
6.10.2	A extensão da curatela e os seus exclusivos limites patrimoniais e negociais (impossibilidade de curatelar situações existenciais) .....	426
6.10.3	A ação de curatela.....	430
6.10.4	A validade dos atos praticados pelo incapaz antes da decisão de curatela...	448
6.11	Crítica ao sistema de incapacidades do Código Civil: uma nova perspectiva.....	449
7.	A Cessação da Incapacidade e a Emancipação.....	450
8.	O Estado Civil da Pessoa Natural .....	456
9.	A Extinção da Pessoa Natural: A Morte.....	459
9.1	Noções gerais.....	459
9.2	A morte real como regra geral do sistema jurídico brasileiro .....	462
9.3	A morte real sem cadáver (a morte presumida sem a declaração de ausência).....	463
9.4	O direito à morte digna e o testamento vital (diretivas antecipadas ou <i>living will</i> ) ....	466
9.5	A comoriência.....	473
9.6	A ausência como presunção de morte e a sua declaração judicial .....	476
10.	Domicílio da Pessoa Natural (Foro).....	483

## Capítulo V

<b>A Pessoa Jurídica .....</b>	<b>489</b>
1. Noções Preliminares: do Reconhecimento da Personalidade Jurídica a Agrupamentos Humanos à Função Social da Empresa (A pessoa jurídica Na Perspectiva Constitucional da Empresarialidade Responsável) .....	490
2. Escorço Histórico .....	495

3. Conceito e Elementos Caracterizadores .....	496
4. Características .....	498
5. Natureza Jurídica .....	500
6. Classificação .....	501
6.1 Quanto à nacionalidade .....	501
6.2 Quanto à estrutura interna.....	502
6.3 Quanto às funções exercidas .....	517
7. Começo da Existência da pessoa jurídica e a prática de atos jurídicos, inclusive por meio eletrônico.....	522
8. Grupos Despersonalizados (ou Entes Despersonalizados).....	525
9. Personalidade e capacidade da pessoa jurídica: direitos da personalidade de pessoa jurídica?.....	528
10. Domicílio .....	532
11. Responsabilidade Civil e Penal da Pessoa Jurídica .....	534
11.1 Noções gerais e teoria da aparência.....	534
11.2 Responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito público .....	537
11.3 Responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito privado.....	548
11.4 Responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	551
12. Modificação da Pessoa Jurídica.....	553
13. Extinção da Pessoa Jurídica .....	554
14. Desconsideração da Personalidade Jurídica ( <i>disregard doctrine</i> ) .....	557
14.1 Noções conceituais e fundamento.....	557
14.2 Breve referência histórica.....	559
14.3 Noções conceituais.....	561
14.4 As teorias maior e menor da desconsideração da personalidade jurídica .....	562
14.5 Requisitos para a desconsideração da personalidade jurídica.....	566
14.6 A desconsideração da personalidade jurídica no sistema jurídico brasileiro .....	570
14.7 Desconsideração inversa.....	573
14.8 O caráter episódico do <i>disregard doctrine</i> .....	575
14.9 Aspectos processuais da desconsideração da personalidade jurídica.....	575
14.10 A desconsideração da personalidade jurídica e as <i>offshore companies</i> .....	580
14.11 Desconsideração da personalidade jurídica e os atos <i>ultra vires</i> .....	581
14.12 A desconsideração expansiva da personalidade jurídica .....	582
14.13 Aplicação da teoria do <i>disregard</i> no Direito das Famílias .....	582
14.14 Aplicação da teoria do <i>disregard</i> no Direito das Sucessões.....	584
14.15 Aplicação da teoria do <i>disregard</i> no âmbito do Direito do Trabalho .....	585

14.16 Aplicação da teoria do <i>disregard</i> no âmbito da Administração Pública .....	588
14.17 Desconsideração e a declaração de indisponibilidade de bens na liquidação extra-judicial de instituições financeiras .....	590
14.18 Subcapitalização e desconsideração da personalidade jurídica.....	590
14.19 Desconsideração indireta da personalidade jurídica.....	591

## Capítulo VI

<b>Os Bens Jurídicos .....</b>	<b>593</b>
1. Considerações Gerais: o Objeto das Relações Jurídicas .....	594
2. Bem e Coisa: Divergências e Aproximações .....	598
3. Patrimônio Jurídico.....	600
4. Teoria do Patrimônio Mínimo da Pessoa Humana.....	603
5. Classificação .....	607
5.1 Generalidades .....	607
5.2 Bens corpóreos e incorpóreos .....	608
5.3 Bens móveis e imóveis.....	608
5.4 Bens fungíveis e infungíveis .....	612
5.5 Bens consumíveis e inconsumíveis .....	614
5.6 Bens divisíveis e indivisíveis.....	615
5.7 Bens singulares e coletivos .....	616
5.8 Bens principais e acessórios .....	617
5.9 Bens públicos e privados .....	624
5.10 Bens no comércio e fora do comércio .....	626
6. O Bem de Família.....	629
6.1 O bem de família consubstanciando a teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana (direito ao mínimo existencial) .....	629
6.2 O bem de família no direito brasileiro .....	630
6.2.1 A dualidade de regimes.....	630
6.2.2 O valor família e a proteção do imóvel do devedor sozinho .....	632
6.2.3 Natureza jurídica do bem de família.....	634
6.3 O bem de família convencional .....	634
6.3.1 Noções conceituais .....	634
6.3.2 Extensão da proteção .....	635
6.3.3 Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família voluntário.....	636
6.3.4 Legitimação para a instituição do bem de família convencional.....	637



6.3.5	Duração.....	637
6.3.6	A questão da solvência do instituidor.....	638
6.3.7	O Ministério Público e o bem de família.....	638
6.4	O bem de família legal.....	639
6.4.1	Noções conceituais e a proteção do imóvel de menor valor se o devedor titularizar mais de um bem residencial.....	639
6.4.2	Alargamento do objeto.....	641
6.4.3	Constitucionalidade do regime legal do bem de família.....	645
6.4.4	Característica do bem de família legal.....	645
6.4.5	A extensão da impenhorabilidade somente aos bens de valor médio necessários a uma vida digna. A (im)possibilidade de penhora do imóvel único de elevado valor.....	646
6.4.6	Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família legal.....	651
6.4.7	Retroatividade.....	659
6.4.8	Ampla compreensão do núcleo familiar e a (des)necessidade de fixação de residência efetiva.....	660
6.4.9	Alegação no processo e oferta voluntária de bem de família à penhora pelo devedor.....	661
6.5	Redefinindo o bem de família legal: o bem da pessoa humana como expressão de seu patrimônio mínimo, inclusive o bem de família da pessoa sozinha.....	663

## Capítulo VII

<b>Teoria Geral dos Fatos Jurídicos.....</b>	<b>667</b>
1. Considerações Preliminares.....	668
2. Distinção entre Fato Jurídico e Fato Material (Ajurídico) e a Lógica do Mundo Jurídico...	669
3. Definição do Fato Jurídico.....	670
4. Classificação dos Fatos Jurídicos.....	672
5. Os Diferentes Planos do Mundo Jurídico.....	673
6. Consequências dos Fatos Jurídicos.....	675
6.1 Generalidades.....	675
6.2 Aquisição de direitos.....	675
6.3 Modificação dos direitos.....	677
6.4 Defesa dos direitos.....	677
6.5 Extinção dos direitos.....	678
7. Fato Jurídico em Sentido Estrito.....	678
8. Ato-Fato Jurídico.....	680

9. Ato Jurídico .....	681
10. Negócio Jurídico .....	684
10.1 Noções gerais.....	684
10.2 Definição .....	685
10.3 Características e breve esboço evolutivo.....	686
10.4 Classificação.....	689
10.5 Regras de interpretação do negócio jurídico.....	692
10.6 Diferentes planos (dimensões) do negócio jurídico .....	697
10.7 Plano da existência e seus pressupostos (elementos de existência) .....	698
10.8 Plano da validade e seus requisitos: a invalidade (nulidade a anulabilidade) do negócio jurídico .....	700
10.8.1 Considerações gerais sobre o plano da validade .....	700
10.8.2 Os requisitos da validade .....	700
10.8.3 A representação no negócio jurídico.....	702
10.8.4 A invalidade do negócio jurídico.....	710
10.8.5 A conservação dos atos e negócios jurídicos (aproveitamento da vontade): ratificação, redução parcial e conversão substancial .....	719
10.8.6 A simulação .....	725
10.9 Plano da eficácia e seus fatores.....	729
10.9.1 Generalidades .....	729
10.9.2 Condição.....	730
10.9.3 Termo .....	732
10.9.4 Modo ou encargo.....	733
10.10 Defeitos do negócio jurídico .....	734
10.10.1 Generalidades .....	734
10.10.2 Erro ou ignorância.....	735
10.10.3 Dolo .....	741
10.10.4 Coação.....	744
10.10.5 Lesão .....	746
10.10.6 Estado de perigo.....	752
10.10.7 Fraude contra credores ou Fraude Pauliana .....	754
10.11 O negócio jurídico e a proteção do terceiro de boa-fé .....	769
10.12 A possibilidade de negócios jurídicos processuais atípicos (autonomia privada no âmbito do processo civil).....	770
11. O Fato Ilícito .....	773
11.1 Advertência prévia.....	773

11.2	Noções conceituais.....	774
11.3	Efeitos jurídicos decorrentes da ilicitude.....	776
11.4	Tutela preventiva e tutela reparatória da ilicitude.....	777
11.5	Excludentes de ilicitude.....	779
12.	O Abuso do Direito.....	780
12.1	Noções introdutórias e referências históricas.....	780
12.2	O abuso de direito na ordem civil-constitucional e a sua íntima relação com a boa-fé objetiva.....	783
12.3	Reconhecimento e efeitos do abuso de direito.....	787
12.4	O abuso de direito e o Código Civil (CC, art. 187).....	787
12.5	Modalidades específicas de atos abusivos (figuras parcelares do abuso do direito).....	792
12.5.1	Generalidades.....	792
12.5.2	A proibição de comportamento contraditório ( <i>venire contra factum proprium</i> ).....	793
12.5.3	A <i>supressio</i> ( <i>Verwirkung</i> ) e a <i>surrectio</i> ( <i>Erwirkung</i> ).....	796
12.5.4	O <i>tu quoque</i> .....	800
12.5.5	O <i>duty to mitigate the loss</i> (o dever do credor de mitigar as próprias perdas).....	803
12.5.6	O <i>substantial performance</i> (a tese do inadimplemento mínimo ou adimplemento substancial).....	804
12.5.7	A violação positiva de contrato (tese do adimplemento fraco ou ruim).....	807
12.6	O abuso de direito em concreto (aplicação prática).....	812

## Capítulo VIII

<b>Prescrição e Decadência .....</b>	<b>815</b>
1. Generalidades sobre o tempo nas relações jurídicas.....	816
2. A Prescrição.....	818
2.1 Noções conceituais.....	818
2.2 Natureza da prescrição e a possibilidade de renúncia.....	823
2.3 A questão da <i>actio nata</i> e o início da contagem dos prazos prescricionais.....	825
2.4 As causas suspensivas e impeditivas da prescrição e a teoria <i>contra non valentem</i> ....	828
2.5 As causas interruptivas da prescrição.....	834
2.6 Alegação de prescrição.....	839
2.7 A prescrição, a pretensão, a ação e a exceção substancial.....	844
2.8 Prescrição intercorrente.....	845
2.9 Os prazos prescricionais no Código Civil e a imprescritibilidade de algumas pretensões.....	850

2.10 Prescrição em matéria tributária.....	854
2.11 A prescrição em sede de Direito Administrativo e o novo entendimento do Supremo Tribunal Federal.....	855
2.12 A prescrição na tutela jurisdicional coletiva (ação civil pública, ação popular e ação de improbidade administrativa) .....	858
3. A Decadência .....	860
3.1 Noções gerais.....	860
3.2 Espécies de decadência.....	862
3.3 Alegação da decadência.....	863
4. Distinção entre Prescrição e Decadência .....	864
5. Prescrição e Decadência e o Direito Intertemporal.....	869

## Capítulo IX

<b>A Prova do Negócio Jurídico (A Prova Civil e as suas Dimensões) .....</b>	<b>871</b>
1. Escorço Histórico e Importância .....	872
2. Noções Conceituais .....	874
3. Prova e Verdade: Reminiscências Imprescindíveis.....	875
4. Direito Constitucional à Prova Civil .....	878
5. Natureza Jurídica das Leis Referentes à Prova: a Combinação das Regras do Código Civil com o Código de Processo Civil de 2015.....	879
6. O Objeto da Prova.....	881
7. O Ônus da Prova .....	883
7.1 Generalidades e a Teoria da Carga Probatória Dinâmica.....	883
7.2 O ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor.....	886
8. A Admissibilidade da Prova Emprestada .....	888
9. O Juiz e a Atividade Probatória (os Poderes do Juiz na Produção de Provas e a admissibilidade de provas atípicas, como a prova cibernética e a análise da linguagem corporal).....	890
10. A Prova do Direito Estrangeiro Quando Admitida a sua Aplicação .....	892
11. A Questão da Prova Ilícita à Luz da Técnica de Ponderação dos Valores Constitucionais	894
12. Licitude da Gravação de Conversa por um dos Interlocutores .....	898
13. A Interceptação Telefônica e a sua Excepcional Admissibilidade em Sede Civil.....	899
14. Possibilidade de Requisição de Documentos e Informações Resguardadas por Sigilo Legal à Receita Federal, ao Banco Central do Brasil e às Instituições Bancárias .....	901
15. A Revelia e a Prova.....	902
16. A Confissão.....	903
16.1 Generalidades .....	903

16.2	Natureza jurídica (a confissão como um ato jurídico em sentido estrito: sepultando a polêmica sobre o assunto) .....	904
16.3	A anulabilidade da confissão .....	905
16.4	A confissão realizada por quem não pode dispor dos direitos relacionados aos fatos confessados .....	906
16.5	A possibilidade de confissão pelo representante da parte.....	906
16.6	Não vinculação do magistrado à confissão .....	907
17.	Prova Documental .....	908
17.1	Generalidades e uma nova concepção de prova documental, admitidos os documentos eletrônicos .....	908
17.2	Documento público .....	910
17.3	O documento particular.....	911
17.4	O telegrama e sua força probatória .....	914
17.5	Prova através de cópia fotográfica de documento e necessidade de autenticação oficial.....	915
17.6	Ausência do título de crédito ou do documento original e impossibilidade de suprimento de prova.....	916
17.7	Uso obrigatório do vernáculo nos documentos e as regras do Mercosul .....	917
17.8	Prova documental através de reproduções fotográficas, cinematográficas, registros fonográficos e reproduções mecânicas e a admissibilidade de fotografias digitais	919
17.9	Admissibilidade do documento eletrônico como prova documental .....	920
17.10	Livros e fichas dos empresários e empresas.....	921
18	Prova Pericial .....	922
18.1	Generalidades .....	922
18.2	Possibilidade de recusa à perícia médica .....	924
18.3	Perícia médica necessária e a não aproveitabilidade da recusa em submeter-se à perícia .....	925
18.4	Inaplicabilidade da regra legal a casos específicos de justificada recusa ao exame médico (homenagem ao princípio da proporcionalidade) .....	926
18.5	A presunção judicial gerada pela recusa e a inutilidade do art. 232 do Código Civil.....	928
19.	Prova Testemunhal.....	930
19.1	Noções gerais e a Curva do Esquecimento (ou <i>Curva de Ebbinghaus</i> ) .....	930
19.2	Admissibilidade da prova testemunhal.....	932
19.3	O direito ao silêncio da testemunha e das próprias partes .....	933
19.4	A produção de prova testemunhal por meios eletrônicos .....	934
19.5	Depoimento de uma única testemunha como meio de prova .....	934

19.6 O depoimento especial de criança ou adolescente .....	935
19.7 Condições de admissibilidade das testemunhas .....	936
19.8 A possibilidade de escusa legítima do dever de prestar testemunho.....	942
20. A ata notarial .....	947
<b>Bibliografia .....</b>	<b>949</b>

Cristiano Chaves de Farias  
Nelson Rosenvald

# Curso de **DIREITO** **CIVIL**

**18<sup>a</sup>**  
Edição

REVISTA  
ATUALIZADA  
AMPLIADA

Obrigações

**2**

**2024**

 **EDITORA**  
*Jus***PODIVM**  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

# Sumário

<b>Palavras Prévias –18ª edição .....</b>	<b>21</b>
<b>Prefácio .....</b>	<b>25</b>
<b>Apresentação .....</b>	<b>27</b>
<b>Capítulo Introdutório – As Obrigações em Leitura Civil-Constitucional.....</b>	<b>29</b>
<b>Capítulo I ► Introdução ao Direito das Obrigações .....</b>	<b>37</b>
1. Noções gerais.....	38
1.1 Conceito de obrigações.....	38
1.2 Características essenciais .....	44
1.2.1 A responsabilidade patrimonial .....	46
1.3 Evolução histórica das relações obrigacionais .....	53
1.4 Introdução ao estudo das garantias .....	59
1.5 Posição no direito civil .....	67
1.6 O sistema privado obrigacional: o civil, o empresário e o consumidor .....	71
1.6.1 Unificação do direito das obrigações: o empresário.....	73
1.6.2 O empresário e a Lei da Liberdade Econômica .....	77
1.6.3 O consumidor como sujeito especial de relações obrigacionais.....	80
1.6.4 O consumidor e o superendividamento: Lei n. 14.181/21 .....	94
2. Elementos constitutivos das obrigações .....	108
2.1 Generalidades.....	108
2.2 Elemento subjetivo: o credor e o devedor (e o agente fiduciário – Lei n. 14.711/23) .....	111
2.3 Elemento objetivo (a prestação).....	116
2.4 Elemento abstrato ou espiritual (o vínculo jurídico).....	119
2.4.1 O vínculo jurídico e a garantia de cumprimento.....	119
2.4.2 Consequências do não cumprimento espontâneo .....	120
2.4.3 A execução da obrigação através do Poder Judiciário.....	122
2.4.4 O vínculo jurídico e a excepcional possibilidade de prisão civil do devedor.....	122
3. Principais distinções.....	138
3.1 Direitos reais .....	138
3.1.1 Revisão crítica da dicotomia: direitos obrigacionais x direitos reais .....	141
3.1.2 Situações híbridas.....	143
3.1.3 Obrigações <i>propter rem</i> .....	145
3.2 Direitos da personalidade.....	150
3.3 Obrigação, dever, sujeição e ônus .....	153
4. Fontes das obrigações .....	155
4.1 Introdução.....	155



4.2	Tripartição das obrigações segundo as suas funções .....	158
4.2.1	Negócio jurídico .....	158
4.2.2	Responsabilidade civil .....	161
4.2.3	Enriquecimento sem causa .....	164
4.3	A boa-fé objetiva como fonte das obrigações .....	165
5.	Os paradigmas do Código Civil no direito das obrigações .....	167
5.1	As obrigações e o Código Civil de 2002.....	167
5.2	Princípio da socialidade.....	167
5.3	Princípio da eticidade.....	171
5.4	Princípio da operabilidade .....	174
6.	A obrigação complexa (“a obrigação como um processo”) .....	176
6.1	Introdução.....	176
6.2	Os deveres de conduta.....	180
6.2.1	Noções gerais sobre os deveres de comportamento ético exigido das partes na relação obrigacional.....	180
6.2.2	Funções dos deveres de conduta.....	184
6.2.3	Os deveres de conduta e a tutela de terceiros .....	188
6.2.4	O terceiro ofendido e a relação obrigacional.....	188
6.2.5	O terceiro ofensor e a relação obrigacional .....	189
6.3	A boa-fé como fundamento e o seu papel no caráter dinâmico da relação obrigacional.....	192
6.3.1	A boa-fé como cláusula geral e a sua influência sobre a obrigação .....	193
6.3.2	Acepções da boa-fé objetiva .....	195
6.3.3	A boa-fé e o princípio da dignidade da pessoa humana .....	197
6.3.4	As funções da boa-fé no Código Civil.....	198
6.3.5	A boa-fé objetiva no CPC/15 .....	203
6.3.6	A boa-fé objetiva e a COVID-19.....	205
6.3.7	A boa-fé e o superendividamento: Lei 14.181/2021 .....	207
7.	As obrigações contratuais e a lei da liberdade econômica (Lei n. 13.874/19) .....	212

<b>Capítulo II ▶ Modalidades de Obrigações I – Classificação quanto ao Objeto .....</b>	<b>219</b>
1. Introdução: A prestação como objeto da obrigação.....	220
2. Classificação quanto ao objeto .....	226
2.1 Obrigação de dar e de restituir .....	226
2.1.1 A obrigação de dar como processo.....	227
2.1.2 Obrigação de dar coisa certa.....	229
2.1.2.1 A impossibilidade das obrigações de dar: a teoria dos riscos.....	231
2.1.3 Obrigação de dar coisa incerta.....	244
2.1.3.1 Generalidades.....	244
2.1.3.2 O processo obrigacional das dívidas genéricas.....	246
2.1.4 A desmaterialização das obrigações de dar .....	250
2.2 Tutela processual das obrigações de dar coisa certa e coisa incerta .....	252
2.2.1 Tutela processual das obrigações de dar coisa certa.....	252
2.2.1.1 O cumprimento da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de dar coisa certa.....	252

2.2.1.2	A execução de título extrajudicial para entrega de coisa certa.....	257
2.2.2	Tutela processual das obrigações de dar coisa incerta.....	259
2.2.2.1	O cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de dar coisa incerta.....	259
2.2.2.2	A execução de título extrajudicial para entrega de coisa incerta.....	259
2.3	A execução das obrigações pecuniárias .....	259
2.3.1	O cumprimento da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia.....	260
2.3.2	O processo autônomo de execução de quantia certa .....	263
2.3.3	O procedimento monitório.....	268
2.3.4	A execução da obrigação de prestar alimentos.....	272
2.3.4.1	Cumprimento de decisão judicial que arbitrou alimentos.....	272
2.3.4.2	Execução de alimentos decorrentes de título extrajudicial.....	274
2.4	Obrigação de fazer .....	275
2.4.1	Generalidades .....	275
2.4.2	A impossibilidade e o inadimplemento da obrigação de fazer .....	280
2.4.3	A obrigação de fazer nas relações de consumo.....	284
2.5	Obrigação de não fazer .....	286
2.5.1	Generalidades .....	286
2.5.2	A impossibilidade e o inadimplemento da obrigação de não fazer .....	291
2.6	Tutela processual das obrigações de fazer e não fazer .....	295
2.6.1	Noções gerais.....	295
2.6.2	O cumprimento da sentença.....	298
2.6.3	A execução das obrigações de fazer e não fazer.....	309
2.6.4	A execução cumulada das obrigações de fazer e de pagar.....	311

### **Capítulo III ► Modalidades de Obrigações II – Classificação quanto aos Elementos ..... 313**

1.	Obrigações alternativas.....	314
1.1	Noções preliminares .....	314
1.2	Concentração.....	319
1.3	A obrigação alternativa como processo.....	322
1.4	Impossibilidade das prestações .....	323
2.	Obrigações facultativas .....	327
2.1	Questões processuais relativas às obrigações alternativas e facultativas.....	330
3.	Obrigações cumulativas.....	333
4.	Obrigações fracionárias (conjuntas).....	334
5.	Obrigações divisíveis e indivisíveis.....	336
5.1	Introdução.....	336
5.2	Noções gerais sobre a indivisibilidade.....	337
5.3	A indivisibilidade e as modalidades de obrigações .....	340
5.4	Efeitos da indivisibilidade das obrigações.....	341
5.5	Perda da indivisibilidade .....	344
6.	Obrigações solidárias .....	345
6.1	Noções gerais.....	345

6.2	Distinções entre a solidariedade e a indivisibilidade.....	359
6.3	Solidariedade ativa.....	362
6.3.1	Noções gerais.....	362
6.3.2	A solidariedade ativa e a coisa julgada.....	366
6.4	Solidariedade passiva.....	367
6.4.1	Noções gerais.....	367
6.4.2	Remissão e renúncia à solidariedade.....	374
6.4.3	A expansão da solidariedade passiva na reparação de danos injustos.....	376
6.4.3.1	Relações entre a vítima e os responsáveis.....	377
6.4.3.2	Vínculo interno entre os próprios responsáveis.....	381
6.4.4	A solidariedade passiva e o débito alimentar.....	382
6.4.5	A solidariedade cambiária.....	386
6.4.6	A solidariedade passiva e o chamamento ao processo.....	387
<b>Capítulo IV ► Modalidades de Obrigações III – Classificação quanto à Exigibilidade e ao Conteúdo.....</b>		<b>391</b>
1.	Classificação quanto à exigibilidade.....	392
1.1	Obrigações civis e obrigações naturais.....	392
1.2	Regime das obrigações naturais.....	394
1.3	Espécies de obrigações naturais.....	398
1.3.1	Obrigações de trato social.....	398
1.3.2	Obrigações fundadas em imperativos morais.....	401
1.4	Natureza jurídica da obrigação natural.....	406
1.4.1	A obrigação natural como obrigação imperfeita.....	407
1.4.2	A obrigação natural como dever extrajurídico.....	408
1.4.3	A obrigação natural como relação juridicamente relevante.....	409
2.	Classificação quanto ao conteúdo.....	409
2.1	Obrigações de meio e de resultado.....	409
2.2	A relevância da classificação.....	416
2.3	A dicotomia à luz da boa-fé objetiva.....	419
2.4	Obrigações de meio e de resultado no CDC.....	420
2.5	Obrigações de garantia.....	422
<b>Capítulo V ► Da Transmissão das Obrigações.....</b>		<b>427</b>
1.	Introdução.....	428
1.1	Vicissitudes da obrigação.....	428
1.2	O crédito como objeto do tráfego jurídico.....	429
2.	Cessão de crédito.....	433
2.1	Noções gerais.....	433
2.2	Regime jurídico.....	436
2.3	Efeitos da cessão de crédito.....	448
2.4	Distinções entre a cessão de crédito e outros modelos jurídicos.....	455
2.4.1	A cessão de crédito e a novação.....	455
2.4.2	A cessão de crédito e a sub-rogação.....	456
3.	Assunção de dívida.....	457

3.1	Conceito e noções gerais.....	457
3.2	Modalidades de assunção de dívida.....	459
3.3	Requisitos da assunção de dívida.....	465
3.4	Efeitos da assunção de dívida.....	469
3.5	Distinções com modelos jurídicos afins.....	471
4.	Cessão de contrato ou cessão da posição contratual.....	473
4.1	Noções gerais.....	473
4.2	Requisitos.....	479
4.3	Efeitos.....	482
4.4	Distinções com outros modelos jurídicos.....	483
5.	Outras formas de transmissão das obrigações.....	485
5.1	Linhas gerais.....	485
5.2	Usufruto de créditos.....	486
5.3	Penhor de créditos.....	486
5.4	Cessão da garantia sobre o crédito.....	488
5.5	Endosso.....	489
5.6	Transmissão das obrigações ambientais.....	491

## **Capítulo VI ► Do Adimplemento e da Extinção das Obrigações I..... 493**

1.	Introdução.....	494
1.1	Premissas metodológicas.....	494
1.2	O adimplemento como modo de satisfação do interesse do credor.....	497
1.3	Natureza jurídica do adimplemento.....	500
1.4	O pagamento é somente um dever ou também é um direito do credor?.....	502
1.5	Princípios norteadores do adimplemento.....	504
1.5.1	Princípio da pontualidade.....	505
1.5.2	Princípio da boa-fé objetiva.....	506
2.	Requisitos subjetivos do pagamento.....	508
2.1	Quem paga – o <i>solvens</i> .....	509
2.1.1	Noções gerais.....	509
2.1.2	O terceiro interessado.....	510
2.1.3	O terceiro não interessado.....	513
2.2	Quem recebe – o <i>accipiens</i> .....	518
3.	Requisitos objetivos do pagamento.....	525
3.1	Do objeto do pagamento.....	525
3.2	Meios de pagamento.....	537
3.3	Da prova do pagamento.....	540
3.4	Local do pagamento.....	547
3.4.1	Regras gerais.....	547
3.4.2	Aspectos processuais.....	552
3.5	Tempo do pagamento.....	555

## **Capítulo VII ► Do Adimplemento e da Extinção das Obrigações II – Modalidades Especiais de Pagamento..... 563**

1.	Introdução.....	564
----	-----------------	-----

2. Pagamento em consignação .....	565
2.1 Fundamentos da consignação .....	565
2.2 Modalidades de depósito.....	567
2.3 Hipóteses de admissão da consignação .....	570
2.4 Pressupostos da consignação.....	575
2.5 Questões polêmicas do depósito.....	581
3. Pagamento com sub-rogação .....	585
3.1 Noções introdutórias .....	585
3.2 Espécies de sub-rogação .....	586
3.3 Eficácia da sub-rogação.....	592
3.4 Tutela processual da sub-rogação .....	595
4. Imputação do pagamento.....	597
4.1 Considerações introdutórias.....	597
4.2 Elementos da imputação do pagamento.....	598
5. Dação em pagamento .....	602
5.1 Noções gerais.....	602
5.2 Requisitos .....	602
5.3 Aspectos relevantes .....	605
6. Novação .....	608
6.1 Noções gerais .....	608
6.2 Pressupostos da novação .....	609
6.3 Modalidades.....	612
6.4 Efeitos.....	616
7. Compensação.....	620
7.1 Noções gerais.....	620
7.2 Espécies .....	621
7.3 Limites à compensação .....	627
8. Confusão.....	632
8.1 Noções gerais.....	632
8.2 Requisitos .....	634
8.3 Efeitos .....	635
9. Remissão.....	636
9.1 Linhas gerais.....	637
9.2 Características.....	638
9.3 Efeitos.....	639
<b>Capítulo VIII ► Do Inadimplemento das Obrigações I.....</b>	<b>643</b>
1. O inadimplemento e as obrigações complexas .....	644
2. O inadimplemento e a Impossibilidade.....	647
2.1 Noções gerais.....	647
2.2 O gênero impossibilidade .....	648
2.3 A impossibilidade pela frustração do fim do contrato .....	653
2.4 A impossibilidade pela força maior ou caso fortuito.....	658
2.4.1 A força maior no contexto da COVID-19.....	663

2.5	A impossibilidade e onerosidade excessiva .....	666
3.	O inadimplemento como gênero .....	668
4.	Espécies de inadimplemento.....	670
4.1	Inadimplemento absoluto.....	670
4.1.1	Inadimplemento por fato relativo ao objeto da prestação.....	673
4.1.2	Inadimplemento por fato relativo ao interesse do credor .....	674
4.1.3	Inadimplemento mínimo ou “adimplemento substancial”.....	676
4.2	Mora .....	679
4.2.1	Mora do devedor.....	681
4.2.2	Mora do credor .....	687
4.2.3	Constituição em mora .....	691
4.2.4	Purgação da mora .....	700
4.3	Violação positiva do contrato .....	705
4.4	Inadimplemento antecipado .....	708
5.	O inadimplemento e a dignidade da pessoa humana.....	710
6.	O inadimplemento e o superendividamento .....	714
7.	As distinções entre a responsabilidade civil e a responsabilidade negocial (inadimplemento) .....	718
7.1	O concurso de responsabilidades.....	725
7.2	A responsabilidade pela confiança – a superação da clássica dicotomia responsabilidade negocial e extranegocial .....	728

## **Capítulo IX ► Do Inadimplemento das Obrigações II – Consequências do Inadimplemento das Obrigações ..... 733**

1.	Remédios para o inadimplemento obrigacional.....	733
2.	Perdas e danos.....	739
2.1	Noções gerais.....	739
3.	Dano patrimonial .....	745
3.1	O dano emergente.....	745
3.2	O lucro cessante.....	750
3.3	A perda de uma chance.....	757
3.3.1	Perda de uma chance de obtenção de futura vantagem .....	758
3.3.2	Perda de uma chance de se evitar um prejuízo.....	762
3.3.3	Perda de uma chance como espécie de dano emergente.....	765
4.	Dano moral.....	768
4.1	Dano moral negocial .....	770
5.	Juros.....	773
5.1	Noções introdutórias .....	773
5.2	Os juros moratórios no Código Civil .....	775
5.3	Os juros compensatórios no Código Civil .....	783
5.4	Os juros e as instituições financeiras .....	785
5.5	A capitalização dos juros.....	789
6.	Cláusula penal .....	794
6.1	Introdução.....	794

6.2	Natureza.....	794
6.2.1	Acessoriedade.....	794
6.2.2	Obriga�o facultativa.....	795
6.2.3	Negócio jurídico de garantia.....	795
6.2.4	Sujeitos da cláusula penal.....	795
6.2.5	Objeto da cláusula penal.....	796
6.3	Modalidades.....	796
6.3.1	Cláusula penal compensatória.....	796
6.3.2	Cláusula penal moratória.....	797
6.4	Fun�es.....	797
6.4.1	Fun�o indenizatória.....	798
6.4.2	Fun�o coercitiva.....	799
6.5	A supera�o do modelo unitário da cláusula penal.....	799
6.5.1	O modelo unitário.....	799
6.5.2	Um novo olhar sobre a cláusula penal.....	800
6.5.3	A impo�s�o do modelo unitário no perfil funcional das obriga�es.....	800
6.6	Espécies de cláusula penal.....	801
6.6.1	A cláusula penal <i>stricto sensu</i> .....	802
6.6.2	A cláusula penal de prefixa�o de indeniza�o.....	803
6.7	Interpreta�o da cláusula penal.....	803
6.8	Eficácia da cláusula penal.....	804
6.8.1	A constata�o do dano.....	805
6.8.2	A repara�o pelo dano excedente.....	807
6.8.3	A exigibilidade da pena convencional.....	808
6.8.4	O direito � pena e a resolu�o do contrato.....	809
6.9	Delimita�o perante modelos jurídicos próximos.....	810
6.9.1	A obriga�o alternativa.....	810
6.9.2	A multa penitencial.....	811
6.9.3	A cláusula de limita�o de indeniza�o.....	811
6.9.4	A cláusula de garantia.....	812
6.9.5	Arras.....	812
6.9.5.1	Arras confirmatórias.....	813
6.9.5.2	Arras penitenciais.....	813
6.9.6	Astreintes.....	814
6.10	A cláusula penal como pena privada.....	815
6.11	O controle da cláusula penal.....	818
6.11.1	A redu�o judicial da cláusula penal.....	819
6.11.2	O agravamento judicial das penas irrisórias.....	822
6.11.3	O controle normativo da cláusula penal.....	822
6.12	Cláusula penal e rela�es de consumo.....	823
6.12.1	A caracteriza�o da cláusula abusiva.....	823
6.12.2	A cláusula de decaimento.....	826
6.12.3	A cláusula penal em favor do consumidor.....	829
6.12.4	O controle dos contratos de adesão entre particulares.....	830
6.13	Cláusula penal e contratos empresariais.....	831
6.13.1	O controle dos contratos nos contratos empresariais.....	834

7. Arras.....	838
7.1 Noções introdutórias.....	838
7.2 Arras confirmatórias.....	839
7.3 Arras penitenciais.....	842

## **CAPÍTULO X ► Enriquecimento Sem Causa ..... 845**

1. Noções gerais.....	845
1.1 O enriquecimento sem causa no direito brasileiro.....	854
1.1.1 O Código Civil de 1916.....	854
1.1.2 O Código Civil de 2002.....	855
1.2 Um problema de terminologia: enriquecimento ilícito, enriquecimento sem causa e ilícito civil.....	858
2. O enriquecimento sem causa como princípio.....	860
2.1 Introdução.....	860
2.2 Desdobramentos do enriquecimento sem causa como princípio.....	864
2.2.1 O enriquecimento sem causa e a fixação das indenizações.....	864
2.2.2 O enriquecimento sem causa e os negócios jurídicos.....	870
2.2.2.1 O retorno ao <i>status quo</i> nos casos de invalidade.....	870
2.2.2.2 O enriquecimento sem causa e o desequilíbrio econômico.....	872
2.2.3 O enriquecimento sem causa e a cláusula penal.....	875
3. O enriquecimento sem causa como fonte de obrigações.....	878
3.1 Introdução.....	878
3.2 Desdobramentos do enriquecimento sem causa como fonte de obrigações.....	879
3.2.1 O enriquecimento sem causa decorrente de um comportamento do enriquecido.....	879
3.2.1.1 Enriquecimento obtido mediante fato injusto.....	879
3.2.2 O enriquecimento sem causa decorrente de um comportamento do empobrecido.....	882
3.2.2.1 O enriquecimento por prestação do empobrecido propriamente dito.....	883
3.2.2.2 O enriquecimento imposto.....	884
3.2.3 O enriquecimento decorrente de prestação de terceiro.....	885
4. Pressupostos de configuração do enriquecimento sem causa.....	887
4.1 O enriquecimento.....	887
4.2 O empobrecimento (“à custa de outrem”).....	889
4.3 O nexo de causalidade.....	890
4.4 A ausência de justa causa.....	891
4.5 A ação de enriquecimento e a controvérsia acerca da subsidiariedade.....	893
5. O enriquecimento sem causa e os institutos do pagamento indevido e da gestão de negócios.....	897
6. Referências.....	899

## **Bibliografia ..... 901**



Cristiano Chaves de Farias  
Nelson Rosenvald  
Felipe Peixoto Braga Netto

# Curso de **DIREITO** **CIVIL**

**11<sup>a</sup>**

Edição

REVISTA  
ATUALIZADA  
AMPLIADA

Responsabilidade  
Civil

**3**

**2024**



**EDITORA**  
*Jus*PODIVM

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

# Sumário

<b>Palavras Prévias – 11ª edição .....</b>	<b>23</b>
<b>Prefácio.....</b>	<b>25</b>
<b>PARTE I – TEORIA GERAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....</b>	<b>27</b>
<b>Capítulo I ► Conceito da Responsabilidade Civil. Do Filosófico ao Tecnológico.....</b>	<b>29</b>
1. Conceito da Responsabilidade Civil.....	30
2. A polissemia da responsabilidade civil: uma agenda para os próximos anos.....	32
<b>Capítulo II ► Princípios da Responsabilidade Civil .....</b>	<b>37</b>
1. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	38
2. Princípio da solidariedade .....	43
3. Princípio da prevenção .....	46
4. Princípio da reparação integral.....	49
<b>Capítulo III ► Evolução Histórica, Política e Filosófica da Responsabilidade Civil .....</b>	<b>53</b>
1. Evolução histórica da responsabilidade civil.....	54
2. Fundamentos filosóficos da responsabilidade civil.....	60
3. Fundamentos políticos da responsabilidade civil.....	63
<b>Capítulo IV ► As Funções da Responsabilidade Civil .....</b>	<b>67</b>
1. A multifuncionalidade da responsabilidade civil.....	68
2. A função compensatória .....	73
3. A função punitiva .....	76
4. A função Restitutória – <i>Disgorgement</i> e lucro da intervenção .....	82
5. A função precaucional.....	89
6. A prevenção como cerne da responsabilidade civil contemporânea.....	96
<b>Capítulo V ► Modalidades de Responsabilidade Civil .....</b>	<b>101</b>
1. A clássica dicotomia: responsabilidade negocial e extranegocial (ou simplesmente “civil”) .....	102
1.1 O dano como elemento comum às duas responsabilidades.....	104
1.2 As distinções entre a responsabilidade civil e a responsabilidade negocial.....	105
1.3 O concurso de responsabilidades .....	112
1.4 A responsabilidade pela confiança – a superação da clássica dicotomia responsabilidade negocial e extranegocial.....	115
1.4.1 Responsabilidade civil pela violação positiva do contrato.....	118

1.4.2	A violação de deveres anexos .....	121
1.4.3	A responsabilidade pré-negocial – os deveres anexos desvinculados da obrigação.....	123
1.4.4	A responsabilidade pós-negocial – os deveres anexos transcendem a obrigação.....	129
1.4.5	A responsabilidade civil transubjetiva e os deveres anexos.....	134
1.4.6	O terceiro ofendido e a relação obrigacional.....	135
1.4.7	O terceiro ofensor e a relação obrigacional .....	141
1.5	Conclusão.....	145
2.	Responsabilidade civil e penal.....	147
2.1	Fundamentos da separação de responsabilidades.....	147
2.2	A confluência entre os ilícitos penal e civil.....	150
2.2.1	A culpa no direito civil e no direito penal.....	152
2.2.2	O dano.....	155
2.2.3	A tipicidade .....	156
2.3	A interseção entre a jurisdição civil e a criminal .....	158
2.3.1	Relativa independência de jurisdições.....	158
2.3.2	Repercussão civil da decisão penal condenatória.....	159
2.3.3	Repercussão civil da decisão penal absolutória .....	163
2.3.4	Processos (civil e criminal) simultâneos: decisões conflitantes?.....	166
2.4	Excludentes de ilicitude .....	169
<b>Capítulo VI ► Pressupostos da Responsabilidade Civil – Teoria Subjetiva .....</b>		<b>171</b>
1.	Introdução.....	172
1.1	Aceções da responsabilidade civil.....	172
1.2	Pressupostos da responsabilidade civil.....	173
2.	O ilícito civil .....	175
2.1	A caracterização do ilícito como fato jurídico.....	175
2.2	A antijuridicidade como elemento objetivo do ilícito.....	176
2.3	A imputabilidade como elemento subjetivo do ilícito.....	177
2.4	Responsabilidade civil é sinônimo de ilícito civil?.....	180
2.5	O fato ilícito <i>stricto sensu</i> (cláusula geral de ilicitude culposa) .....	186
2.6	Apenas do ato ilícito advém a responsabilidade civil?.....	188
2.7	Tutela preventiva e tutela repressiva do ilícito .....	190
2.8	Excludentes de ilicitude civil.....	197
2.8.1	Estado de necessidade (art. 188, II, c/c os arts. 929 e 930, CC).....	200
2.8.1.1	Estado de necessidade sem que a pessoa lesada seja culpada pelo perigo.....	201
2.8.1.2	Estado de necessidade quando a pessoa lesada é culpada pelo perigo.....	202
2.8.2	Legítima defesa (art. 188, I, c/c o parágrafo único do art. 930) .....	202
2.8.2.1	Pressupostos da legítima defesa.....	204
2.8.2.2	Legítima defesa que causa danos em terceiro inocente.....	206

2.8.2.3	Legítima defesa de terceiro.....	207
2.8.2.4	Legítima defesa putativa.....	208
2.8.3	Exercício regular de um direito (art. 188, I).....	209
2.8.4	Estrito cumprimento do dever legal.....	212
2.8.5	Excludentes de ilicitude: disciplina heterogênea.....	213
3.	A culpa.....	214
3.1	A culpa e a responsabilidade civil.....	214
3.2	A evolução do significado de culpa civil.....	217
3.3	A culpa presumida.....	220
3.4	A graduação da culpa.....	224
3.4.1	A graduação da culpa médica no período de pandemia.....	231
3.5	O ilícito e a culpa.....	234
3.6	A mitigação da reparação por equidade.....	235
3.7	O renascimento da culpa.....	238
4.	O abuso do direito.....	245
4.1	O abuso do direito como ato ilícito.....	245
4.2	Exige-se o dano para a aferição do abuso do direito?.....	252
4.3	O abuso do direito como cláusula geral.....	258
4.4	O intuito de prejudicar é necessário?.....	259
4.5	As hipóteses legais de abuso de direito.....	261
4.5.1	Fim econômico ou social.....	262
4.5.2	Boa-fé.....	263
4.5.3	Bons costumes.....	264
5.	O dano.....	265
5.1	O dano como elemento nevrálgico da responsabilidade civil.....	265
5.2	O conceito de dano.....	268
5.3	O dano e a técnica da ponderação de interesses.....	272
5.4	A travessia do ato ilícito ao dano injusto.....	277
5.5	A medida dos danos.....	280
5.6	O dano patrimonial.....	284
5.6.1	O dano patrimonial e o pessoal.....	287
5.6.2	As três espécies do dano patrimonial: danos emergentes, lucros cessantes e perda de uma chance.....	288
5.6.2.1	Os danos emergentes (dano positivo).....	288
5.6.2.2	Os lucros cessantes (dano negativo).....	292
5.6.2.3	A perda de uma chance.....	296
5.6.2.3.1	Perda de uma chance de obtenção de futura vantagem.....	298
5.6.2.3.2	Perda de uma chance de se evitar um prejuízo.....	302
5.6.2.3.3	Perda de uma chance como espécie de dano emergente.....	305
5.6.3	Outras classificações aplicáveis ao dano patrimonial.....	307
5.6.3.1	Dano reflexo ou em ricochete.....	307
5.6.3.2	Danos certos ou incertos.....	309

5.6.3.3	Danos presentes e futuros.....	310
5.6.3.4	A indenização preventiva .....	312
5.6.4	Danos patrimoniais: verbas compensáveis e verbas não compensáveis.....	317
5.6.4.1	Verbas compensáveis.....	317
5.6.4.2	Verbas não compensáveis .....	320
5.6.5	<i>Compensatio lucri cum damno</i> .....	320
5.6.6	A legitimidade para exigir o dano patrimonial.....	326
5.6.6.1	A transmissibilidade aos herdeiros do direito de exigir reparação.....	326
5.6.6.2	Morte de homem ou mulher responsável pelo sustento do lar.....	327
5.6.6.3	Morte de filho menor: a família faz jus a danos patrimoniais?.....	329
5.6.7	Lesão que cause incapacidade para o trabalho .....	330
5.7	O dano extrapatrimonial .....	334
5.7.1	Introdução.....	334
5.7.2	O histórico do dano moral: dos embates à aceitação .....	336
5.7.3	Em busca de um conceito – o que é o dano moral?.....	338
5.7.3.1	É legítimo o critério do dano moral como a dor e o sofrimento?.....	339
5.7.3.2	O dano moral é a lesão à dignidade da pessoa humana?.....	341
5.7.3.3	Afinal, o que é o dano moral? .....	343
5.7.4	Do dano moral ao dano extrapatrimonial: Uma proposta tipológica .....	349
5.7.4.1	O dano estético extrapatrimonial.....	351
5.7.4.2	O dano à imagem extrapatrimonial.....	352
5.7.4.3	O dano existencial.....	353
5.7.4.4	O estado da arte do dano moral.....	355
5.7.5	Dano moral – compensação ou indenização?.....	356
5.7.6	A função preventiva do dano moral: a tutela inibitória e o direito de resposta ...	359
5.7.7	A desmonetização da reparação pelo dano moral .....	362
5.7.8	O dano moral por inadimplemento obrigacional .....	368
5.7.9	A titularidade do direito à reparação .....	371
5.7.9.1	Noções gerais .....	371
5.7.9.2	A pessoa natural como legitimado ativo .....	372
5.7.9.3	Os lesados diretos.....	373
5.7.9.3.1	Os lesados diretos desprovidos de discernimento .....	373
5.7.9.3.2	O nascituro como lesado direto .....	375
5.7.9.4	Os lesados indiretos.....	379
5.7.9.5	O dano moral reflexo e o evento morte – quem são os legitimados?..	381
5.7.9.5.1	O dano moral reflexo quando há sobrevivência.....	388
5.7.9.6	A pessoa jurídica como legitimado ativo.....	390
5.7.9.6.1	A empresa e o dano moral .....	390
5.7.9.6.2	O dano institucional como terceira via .....	395
5.7.9.7	Os entes jurídicos despersonalizados .....	397
5.7.10	O dano moral coletivo.....	399
5.7.10.1	Introdução .....	399
5.7.10.2	Nossa opinião: o dano moral coletivo é uma pena civil.....	407

5.8	A valoração e a quantificação do dano moral .....	413
5.9	A pena civil e o dano moral – um diálogo em construção .....	426
5.9.1	Linhas gerais .....	426
5.9.2	A sanção e a reparação .....	430
5.9.3	A urgência da pena civil.....	433
5.9.4	As extremas da pena civil.....	436
5.9.5	Critérios de aplicação da pena civil .....	441
5.9.6	Óbices à incidência da pena civil.....	444
5.10	O dano estético .....	452
5.10.1	Noções gerais .....	452
5.10.2	Fundamento constitucional .....	455
5.11	O dano-morte (dano ontológico) .....	458
6.	O nexo causal.....	462
6.1	Nexo causal como pressuposto da responsabilidade civil .....	462
6.2	A concausalidade.....	465
6.3	Teorias do nexo causal.....	467
6.3.1	Teoria da equivalência dos antecedentes causais.....	468
6.3.2	Teoria da causalidade adequada.....	471
6.3.3	Teoria da causalidade direta e imediata e a subteoria da necessariedade .....	473
6.4	As excludentes da responsabilidade civil.....	479
6.4.1	Força maior – o fortuito, interno e externo.....	480
6.4.2	O fato exclusivo da vítima.....	488
6.4.3	O fato concorrente e a redução de danos .....	490
6.4.4	O fato de terceiro.....	493
6.5	Causalidade alternativa (responsabilidade coletiva) .....	498
6.6	Causalidade virtual.....	503
7.	O nexo de imputação.....	507

## **Capítulo VII ► Pressupostos da Responsabilidade Civil – Teoria Objetiva ..... 513**

1.	O contexto histórico.....	514
1.1	As bases da teoria subjetiva.....	514
1.2	O alvorecer da teoria objetiva.....	516
1.3	As primeiras linhas da teoria objetiva.....	518
1.4	A estrutura da teoria do risco.....	520
1.5	A doutrina objetiva pode também ser conhecida como teoria da culpa presumida? .....	523
1.6	A responsabilidade objetiva é sinônimo de responsabilidade sem culpa? .....	524
1.7	Culpabilidade e causalidade.....	526
1.7.1	Responsabilidade objetiva ou obrigação objetiva de indenizar?.....	527
1.8	A evolução da teoria objetiva no Brasil.....	529
1.8.1	Fase anterior ao Código Civil de 2002.....	529
1.8.2	A teoria objetiva no Código Civil de 2002: uma radiografia do parágrafo único do artigo 927 .....	532

1.9	A coexistência entre as teorias subjetiva e objetiva .....	540
1.10	Código Civil de 2002: risco proveito ou risco criado? .....	541
1.11	Código Civil de 2002: o risco criado pela particular potencialidade lesiva da atividade ..	546
1.12	A presunção de causalidade na teoria do risco.....	552
1.13	O risco criado no Código de Defesa do Consumidor .....	557
1.14	O risco criado e a mitigação da obrigação de indenizar .....	560
1.15	A repartição de riscos: o risco concorrente .....	564
1.16	O risco integral e o risco agravado.....	568
1.17	O risco de empresa ou do empreendimento .....	574
1.18	O risco e os profissionais liberais .....	577
1.19	Do risco ao alto risco da atividade .....	582
1.20	A multiplicação do nexo de imputação na obrigação objetiva de indenizar .....	585
1.21	A responsabilidade objetiva pura e a impura .....	588
1.22	A securitização da responsabilidade civil.....	590
1.22.1	Responsabilidade: do individual ao social .....	590
1.22.2	A dinâmica dos seguros de responsabilidade civil .....	593
1.22.2.1	O contrato de seguro.....	593
1.22.2.2	O seguro privado obrigatório .....	600
1.22.2.2.1	O DPVAT .....	600
1.22.2.2.2	O acidente de trabalho.....	605

## **PARTE II – RESPONSABILIDADE CIVIL EM ESPÉCIE ..... 611**

### **Capítulo I ► Responsabilidade Civil por Fato Próprio e por Fato de Outrem ..... 613**

1.	Responsabilidade civil por fato próprio.....	614
2.	Responsabilidade civil por fato de outrem .....	617
2.1	Introdução: um tema teoricamente rico e difícil.....	617
2.2	Responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores.....	621
2.2.1	Em que situações os pais respondem pelos atos dos filhos menores? .....	623
2.2.2	Solidariedade ou subsidiariedade: a responsabilidade dos pais pelos filhos menores .....	628
2.2.3	Os pais respondem civilmente pelo dano praticado por menor emancipado? ...	630
2.3	Danos causados por filhos maiores .....	631
2.4	Direito de regresso .....	633
2.5	A responsabilidade civil dos incapazes .....	634
3.	Responsabilidade dos tutores e curadores .....	638
4.	Responsabilidade dos empregadores pelos atos dos empregados .....	641
4.1	O dano foi causado em razão da função desempenhada? .....	645
4.2	Outras questões relevantes .....	646
4.3	A terceirização rompe o nexo causal em relação ao empregador?.....	648

5. Responsabilidade civil dos estabelecimentos educacionais .....	649
5.1 Os estabelecimentos educacionais privados como prestadores de serviço.....	649
5.2 Responsabilidade civil pelo <i>bullying</i> .....	651
5.3 A polêmica questão do direito de regresso .....	652
5.4 A questão do <i>homeschooling</i> .....	654
6. Responsabilidade civil dos hoteleiros e estabelecimentos análogos .....	655
6.1 Contextualização normativa e situações possíveis .....	655
6.1.1 Danos causados a hóspedes.....	656
6.1.2 Danos causados a empregados do hotel.....	657
6.1.3 Danos causados a terceiros.....	657
7. Responsabilidade civil decorrente dos produtos do crime .....	658

## **Capítulo II ► Responsabilidade Civil pelo Fato da Coisa ..... 659**

1. Construindo nexos de imputação entre pessoas e coisas.....	660
2. Danos decorrentes de animais (Código Civil, art. 936).....	662
2.1 Danos causados por animais nas rodovias.....	665
2.2 A visão dos animais como seres dotados de sensibilidade (seres sencientes).....	665
3. Danos decorrentes de edifício ou construção (Código Civil, art. 937).....	668
4. Danos decorrentes de coisas lançadas ou caídas de prédios (Código Civil, art. 938).....	670
4.1 A queda anônima .....	671
4.2 Outras hipóteses possíveis de incidência do art. 938.....	672
5. Responsabilidade civil decorrente da guarda de veículos .....	673
5.1 A teoria da guarda da coisa e o empréstimo de veículos (danos causados pelo comodatário) .....	673
5.2 Solução jurisprudencial brasileira: o critério da presunção de culpa.....	675
5.3 Outras situações possíveis .....	677
5.3.1 Carros cedidos onerosamente no exercício de atividade empresarial.....	677
5.3.2 Danos provocados no uso de veículo roubado ou furtado .....	679
5.3.3 O carro como instrumento do dano (teoria do corpo neutro).....	680

## **Capítulo III ► Responsabilidade Civil do Estado..... 683**

1. A teoria do risco administrativo.....	684
1.1 O forte componente jurisprudencial.....	685
1.2 Irrelevância da licitude do ato estatal .....	687
1.3 Atos de império e atos de gestão: distinção superada .....	689
2. Quem são os agentes públicos?.....	691
2.1 Alargamento conceitual e questões conexas.....	691
3. Danos causados por pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos .....	699
3.1 As chaves hermenêuticas relevantes .....	699
3.2 Distinguindo atividade econômica de serviço público.....	700
3.3 Serviços públicos sociais.....	702
4. Excludentes da responsabilidade civil estatal.....	702



5. Excludentes da ilicitude da ação ou omissão estatal .....	710
6. Responsabilidade estatal por ato de outrem: subsidiariedade ou solidariedade? .....	714
7. Responsabilidade civil do Estado por atos legislativos .....	717
7.1 As distorções funcionais do Legislativo e as manifestações populares .....	717
7.2 Atos normativos estatais como origem de danos indenizáveis .....	719
7.3 Responsabilidade civil e dever de legislar: casos de omissão legislativa .....	721
7.4 Imunidade parlamentar .....	723
7.4.1 Responsabilidade do Estado pelos atos praticados à luz da imunidade material .....	724
8. Responsabilidade civil por atos judiciários .....	726
8.1 Prisões indevidas: dificuldades e critérios hermenêuticos .....	728
8.2 Pode haver responsabilidade civil do magistrado pelos danos? .....	729
8.3 A coisa julgada é óbice à indenização por erro judicial?.....	732
9. Responsabilidade civil do Estado por omissão.....	732
9.1 Polêmica doutrinária e jurisprudencial: responsabilidade subjetiva ou objetiva? .....	733
9.2 O nexo causal na responsabilidade civil por omissão .....	738
9.2.1 O nexo causal por omissão na jurisprudência do STF: um exemplo de idas e vindas .....	740
9.2.2 O Estado tinha o dever de evitar o dano? .....	741
9.2.3 A responsabilidade civil estatal por danos ligados à violência urbana.....	743
10. Responsabilidade civil e (algumas) questões vinculadas à pandemia .....	745
10.1 Covid-19 e a responsabilização de agentes públicos .....	746
10.2 Covid-19 e pedidos de acesso à informação .....	747
10.3 Covid-19 e prazos de prescrição e decadência.....	747
10.4 Covid-19 e a questão das vacinas (teoria do risco do desenvolvimento).....	748
10.5 A perda de vida de profissionais de saúde no combate à pandemia (Lei n. 14.128/2021) .....	751
<b>Capítulo IV ► Responsabilidade Civil e Direito à Imagem .....</b>	<b>753</b>
1. Uma época de fotógrafos e cinegrafistas em todos os lugares: o culto à imagem como valor onipresente.....	754
2. Contornos conceituais do direito à imagem: compreendendo sua inserção no mundo contemporâneo e traçando diretrizes hermenêuticas.....	756
3. Contextualizando o uso da imagem alheia: outros critérios possíveis de interpretação.....	766
4. Contextualização: as estreitas conexões temáticas entre imagem e imprensa .....	773
4.1 Jornalismo investigativo e crimes contra o patrimônio público.....	775
4.2 Qual a natureza da responsabilidade civil dos veículos de imprensa? .....	777
4.2.1 Responsabilidade subjetiva.....	777
4.2.2 Responsabilidade objetiva fundada na teoria do risco.....	779
4.3 Quem responde por escritos ofensivos publicados através da mídia? .....	779
4.4 Critérios de ponderação: a busca de soluções constitucionalmente consistentes.....	780
4.4.1 Veracidade da informação jornalística.....	782
4.4.2 Licitude do meio empregado na obtenção da informação .....	784

4.4.3	Personalidade pública ou estritamente privada da pessoa objeto da notícia.....	786
4.4.4	Local e natureza do fato .....	790
4.4.5	Existência de interesse público na divulgação .....	792
4.4.6	Preferência por medidas que não envolvam a proibição prévia da divulgação...	794
5.	Dano moral e televisão: agressões à imagem na guerra por audiência .....	797
5.1	Programas de humor .....	799
6.	Biografias não autorizadas.....	801
7.	<i>Hate speech</i> .....	803
8.	Direito ao esquecimento: contextualização e dificuldades .....	805

## **Capítulo V ► Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo ..... 811**

1.	O impacto do CDC no direito privado brasileiro.....	812
2.	Diálogo com a Constituição: fundamentos do CDC .....	815
3.	A redução qualitativa da autonomia da vontade na órbita patrimonial.....	823
4.	Responsabilidade civil nas relações de consumo: feições específicas.....	830
4.1	Vício do produto ou serviço e fato do produto ou serviço .....	831
4.1.1	Vício do produto .....	832
4.1.2	Vício do serviço.....	834
4.1.3	Fato do produto .....	835
4.1.4	Fato do serviço.....	836
4.2	Perigo intrínseco .....	838
4.3	Prazo decadencial do vício e prazo prescricional do fato .....	838
4.4	Outras questões relevantes .....	841
5.	Prescrição e decadência: a disciplina no CDC .....	847
5.1	Decadência: vício do produto ou serviço.....	848
5.2	Prescrição: fato do produto ou serviço .....	850
5.2.1	A teoria da <i>actio nata</i> no STJ.....	854
5.2.2	O diálogo das fontes na contagem dos prazos prescricionais.....	857
5.3	Conflitos entre o CDC e o CC: interpretação mais favorável ao consumidor .....	858
5.4	Direito ao tempo “útil” e as relações de consumo .....	859
6.	Excludentes de responsabilidade civil: quais são aceitas nas relações de consumo? .....	860
7.	A Lei do Superendividamento.....	868

## **Capítulo VI ► Responsabilidade Civil Digital ..... 871**

1.	Os breves (e espantosos) passos da internet .....	872
2.	Rumo a uma sociedade sem papel? A progressiva desmaterialização dos bens na sociedade da informação .....	875
2.1	Os múltiplos e simultâneos focos de emissão da informação: mudanças no perfil social do ser humano.....	877
3.	O mundo digital como um mundo fundamentalmente colaborativo .....	878
3.1	Características colaborativas do universo digital: da <i>Wikipedia</i> ao <i>crowdfunding</i> .....	880
4.	Uma multiplicidade crescente de negócios jurídicos praticados via internet.....	881

4.1	Pensando o CDC para o comércio eletrônico.....	882
4.2	O olhar jurisprudencial brasileiro para a internet.....	884
4.3	O novo comércio eletrônico na atualização do CDC .....	885
5.	O mundo virtual e seus danos (bastante reais) .....	888
5.1	O <i>cyberbullying</i> .....	890
6.	Responsabilidade civil dos provedores: especificidades.....	892
6.1	Dever de retirada imediata do conteúdo ofensivo e questões conexas.....	892
6.2	Dever de guarda dos dados identificadores dos usuários e questões probatórias conexas.....	897
6.3	Responsabilidade dos provedores de pesquisa virtual pelos resultados das buscas.....	900
7.	Marco Civil da Internet.....	901
8.	A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018).....	909
9.	Algumas questões sobre a Inteligência Artificial e os algoritmos.....	929
<b>Capítulo VII ► Responsabilidade Civil na Área Médica.....</b>		<b>935</b>
1.	A saúde no Estado dos direitos fundamentais .....	936
2.	A medicina do século XXI: avanços e perspectivas.....	939
3.	Os danos causados no exercício da medicina: contextualização e peculiaridades.....	941
4.	A responsabilidade subjetiva dos médicos: especificidades e modos de caracterização.....	946
5.	A complexa questão probatória na responsabilidade civil médica.....	952
5.1	Perda da chance e atividade médica .....	955
6.	A relação médico e paciente como uma relação de consumo: consequências hermenêuticas da aplicação do CDC .....	956
6.1	Planos de saúde: experiência brasileira contemporânea.....	959
7.	Responsabilidade dos hospitais por atos dos médicos: regime especial.....	972
8.	Danos sofridos em hospitais públicos ou postos de saúde.....	974
8.1	Serviços públicos sociais × serviços de relevância social.....	976
9.	Obrigações de meio e de resultado: um tema recorrente na responsabilidade civil dos médicos.....	977
9.1	Obrigações de meio .....	978
9.2	Obrigações de resultado .....	979
9.2.1	Outras exceções construídas doutrinária e jurisprudencialmente.....	980
9.2.2	Procedimentos de natureza mista.....	981
9.3	A caminho da superação da dicotomia: novos critérios hermenêuticos? .....	982
10.	Importância do princípio da função social dos contratos na interpretação da matéria .....	985
11.	Uma consideração diferenciada em relação aos bens jurídicos não patrimoniais.....	987
<b>Capítulo VIII ► Responsabilidade Civil dos Advogados .....</b>		<b>993</b>
1.	Contornos conceituais da advocacia e imunidade profissional: alcance e conteúdo .....	994
2.	Danos relacionados ao exercício da capacidade postulatória.....	998
2.1	Dever de sigilo: o que compreende e até onde vai.....	1000
3.	Compreendendo a natureza e os limites da responsabilidade civil dos advogados: é necessária a prova da culpa pela vítima?.....	1001

4. Perda da chance: uma categoria conceitual progressivamente adotada em relação aos advogados.....	1005
5. Seguro de responsabilidade civil .....	1006
6. Obrigações de meio e resultado: especificidades em relação aos advogados e indagação acerca da adequação teórica do dualismo.....	1007
7. A questão do Código de Defesa do Consumidor: posição do STJ.....	1009

### **Capítulo IX ► Responsabilidade Civil das Empresas de Estacionamento e demais Encarregados da Guarda ou Vigilância de Veículos .... 1015**

1. Um amor (brasileiro?) por carros.....	1016
2. Uma realidade contemporânea: a necessidade da guarda de veículos em locais presumivelmente seguros.....	1016
3. Empresas de estacionamento: compreendendo as excludentes.....	1018
4. Irrelevância da gratuidade ou da realização de negócios jurídicos conexos.....	1022
5. Outras situações possíveis: manobristas de restaurantes, hotéis, oficinas mecânicas, postos de combustíveis etc. ....	1024
6. Estacionamentos de responsabilidade de pessoas jurídicas de direito público.....	1027
6.1 A questão da chamada "faixa azul" .....	1029
7. Estacionamentos gratuitos ofertados por entes, personalizados ou não, sem fins lucrativos.....	1030

### **Capítulo X ► Responsabilidade Civil dos Estabelecimentos Bancários e Securitários ..... 1033**

1. Contextualização e linhas gerais: migração do mundo físico-convencional para o universo digital .....	1034
2. Bancos como fornecedores de serviços à luz do CDC.....	1034
3. Os poderes privados na sociedade contemporânea: construindo um paradigma contratual que se distancia dos moldes clássicos.....	1037
4. Danos possíveis e comuns nas relações entre bancos e clientes .....	1040
4.1 Cartões de crédito e débito.....	1041
4.2 Roubos ou furtos em cofres alugados.....	1044
4.3 Fraudes ocorridas na internet .....	1045
4.4 Outras situações de danos indenizáveis.....	1046
5. Uma análise rigorosa e restrita acerca das excludentes de responsabilidade civil: os riscos da atividade.....	1051
5.1 Assaltos relacionados à atividade bancária: em que casos o banco responde civilmente? .....	1052
5.2 Não cabe responsabilizar o Estado pelos danos?.....	1053
6. Contratos bancários e impossibilidade de conhecimento de ofício pelo magistrado: exceção ao sistema de nulidades do CDC.....	1054
7. Diálogo das fontes em favor do consumidor: prazos prescricionais.....	1055
8. Inscrição indevida em cadastros negativos .....	1056
9. Responsabilidade civil das seguradoras: questões relevantes.....	1058

**Capítulo XI ► Responsabilidade Civil do Transportador ..... 1067**

1. Contextualização .....	1068
2. Transporte de pessoas.....	1069
2.1 Danos conexos e danos não conexos ao transporte: distinções relevantes.....	1069
2.2 Transporte gratuito ou de mera cortesia: hipótese em que a culpa leve não basta?.....	1071
3. Transporte aéreo.....	1076
4. Transporte de cargas.....	1082

**Capítulo XII ► Responsabilidade Civil dos Construtores..... 1085**

1. Construção civil: crescimento e contextualização social .....	1086
2. Um sistema híbrido de regras: o diálogo das fontes (CDC, Código Civil e Lei nº 4.591/64).....	1086
3. Incorporação imobiliária (Lei nº 4.591/64).....	1089
4. Empreitada (Código Civil, arts. 610 a 626).....	1091
5. Responsabilidade pela solidez e segurança da obra.....	1093
6. A chamada lei anticorrupção: o sentido e alcance da responsabilidade civil objetiva na Lei nº 12.846.....	1096

**Capítulo XIII ► Responsabilidade Civil Automobilística..... 1101**

1. Os tristes números brasileiros no trânsito: cerca de 50 mil mortes por ano.....	1102
2. Dialogando entre formas e fontes de responsabilidades distintas: objetiva e subjetiva, pública e privada.....	1106
3. Responsabilidade estatal objetiva por ações ou omissões na matéria.....	1108
4. Há casos de responsabilidade civil objetiva na responsabilidade civil automobilística?.....	1109
4.1 A teoria do risco pode, em alguma hipótese, ser aplicável à responsabilidade civil automobilística? .....	1111
5. Questões específicas da responsabilidade civil automobilística .....	1112
5.1 O proprietário do veículo responde solidariamente com o condutor? .....	1113
5.2 Danos causados na condução de carros roubados ou furtados.....	1116
5.3 Quem pode ser considerado o proprietário do veículo? A questão do registro nos órgãos de trânsito.....	1117
5.4 Locadoras de veículos: a responsabilidade civil pelo uso do carro locado.....	1118
5.5 A teoria do corpo neutro: quando o veículo é mero agente físico do prejuízo.....	1119
6. A questão da culpa e do nexo causal: analisando situações específicas.....	1121
7. Danos materiais e pensões periódicas: natureza e duração.....	1127
8. Danos a coisas e danos a pessoas: um norte hermenêutico.....	1131

**Bibliografia ..... 1133**

Cristiano Chaves de Farias  
Nelson Rosenvald

# Curso de **DIREITO** **CIVIL**

**14<sup>a</sup>**

Edição

REVISTA  
ATUALIZADA  
AMPLIADA

Contratos

**4**

**2024**



**EDITORA**  
*Jus*PODIVM

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

# Sumário

<b>Palavras Prévias – 14ª edição .....</b>	<b>25</b>
<b>Prefácio .....</b>	<b>27</b>

## Parte I Dos Contratos em Geral

### Capítulo I ► **Introdução à Teoria Geral dos Contratos .....** **31**

1. O direito civil constitucional .....	32
1.1 O direito civil na feição liberal .....	32
1.2 A humanização do direito civil .....	34
1.3 A eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas.....	37
1.4 Perspectivas para o direito civil .....	40
2. O contrato e a Constituição Federal.....	42
2.1 A materialização dos contratos .....	43
2.2 A liberdade contratual hoje: duas vertentes.....	45
2.2.1 A liberdade contratual como binômio autodeterminação – justiça contratual .....	46
2.2.2 A liberdade contratual como elemento da ordem de concorrência e a Lei da Liberdade Econômica (Lei n. 13.874/19) .....	47
2.2.3 A pluralidade de dimensões funcionais do contrato .....	50
3. Contrato: evolução, conceito, local e tempo .....	53
3.1 A evolução e o conceito do contrato.....	53
3.2 Localização do contrato no direito civil .....	62
3.3 O tempo do contrato .....	70
3.3.1 A escada ponteana.....	70
3.3.2 O direito intertemporal dos contratos.....	73
3.3.3 O direito intertemporal e Covid.....	77

### Capítulo II ► **A Formação dos Contratos .....** **81**

1. A formação dos contratos paritários.....	82
1.1 Noções iniciais.....	82
1.2 Estrutura da formação do contrato no Código Civil.....	83
1.2.1 Negociações preliminares e a responsabilidade pré-contratual .....	84
1.2.2 Proposta e aceitação .....	90
1.2.3 A aceitação tácita e pelo silêncio.....	100

1.3 Tempo e local de conclusão do contrato paritário .....	105
2. A formação dos contratos massificados .....	107
2.1 Oferta nos contratos civis de adesão .....	107
2.2 Formação do contrato no Código de Defesa do Consumidor .....	110
2.3 Formação do contrato e superendividamento .....	122
2.4 Formação do contrato eletrônico .....	127
2.5 Formação dos <i>smart contracts</i> .....	136
3. Contrato preliminar .....	141
3.1 Noções gerais .....	141
3.2 Regime jurídico .....	145
3.3 A promessa de doação .....	154
3.4 A eficácia real do contrato preliminar .....	158
3.5 O contrato preliminar impróprio .....	161

### Capítulo III ► A Princiologia Contratual ..... 167

1. Noções iniciais .....	167
2. O princípio da autonomia privada .....	170
2.1 Da autonomia da vontade à autonomia privada .....	170
2.2 A autonomia privada como cerne do negócio jurídico .....	176
2.3 A autonomia contratual e a autonomia existencial .....	179
2.4 A nova força obrigatória dos contratos .....	187
2.4.1 O papel da lei .....	189
2.4.2 O papel do juiz .....	191
3. O princípio da boa-fé objetiva .....	195
3.1 A boa-fé – histórico .....	195
3.2 Noções preliminares .....	198
3.3 A boa-fé como modelo no Código Civil .....	204
3.4 Os deveres de conduta .....	207
3.4.1 A função integrativa da boa-fé .....	208
3.4.2 A cláusula geral do art. 422 do Código Civil .....	210
3.4.3 As funções dos deveres de conduta .....	212
3.4.4 Violação positiva do contrato .....	219
3.5 A boa-fé e o abuso do direito .....	221
3.5.1 Limites internos ao exercício de direitos subjetivos .....	225
3.5.2 Categorias de exercícios abusivos do direito .....	228
3.5.2.1 Desleal exercício de direitos – O Adimplemento Substancial .....	228
3.5.2.2 Desleal não exercício de direitos: <i>venire contra factum proprium</i> ; <i>suppressio</i> e <i>surrectio</i> .....	231
3.5.2.3 Desleal constituição de direitos – <i>tu quoque</i> .....	236
3.5.2.4 O Dever de Mitigar o Próprio Prejuízo – <i>Duty to mitigate the own loss</i> .....	238
3.6 A boa-fé e o princípio da solidariedade .....	241
3.7 A boa-fé e o princípio da dignidade da pessoa humana .....	245
3.8 A boa-fé objetiva no CPC/15 .....	246
3.9 A boa-fé objetiva e a Covid-19 .....	248
3.10 A boa-fé e o superendividamento: Lei 14.181/2021 .....	251



4. A função social do contrato.....	256
4.1 A funcionalização do negócio jurídico.....	256
4.2 A função social do contrato como causa do negócio jurídico e a Lei da Liberdade Econômica (13.874/19).....	259
4.3 A essência do art. 421-A do Código Civil.....	263
4.4 A função social interna do contrato.....	268
4.4.1 A função social interna do contrato e a dignidade da pessoa humana.....	272
4.5 A função social externa do contrato.....	274
4.5.1 O contrato ofensivo a interesses metaindividuais.....	276
4.5.2 O terceiro ofendido.....	279
4.5.3 O terceiro ofensor.....	285
4.6 Estado da arte.....	292
5. Justiça contratual.....	293
5.1 Noções gerais.....	293
5.2 O equilíbrio contratual.....	298
5.2.1 A lesão.....	300
5.2.2 Da alteração das circunstâncias.....	305
5.2.2.1 A revisão pelo superendividamento: Lei 14.181/21.....	313
5.2.2.2 A revisão e o Coronavírus.....	319
5.2.3 A cláusula de hardship.....	321
6. A principiologia contratual na lei da liberdade econômica.....	324
6.1. Breve referência à função social do contrato no cenário de pandemia.....	330

## **Capítulo IV ► Classificação e Qualificação dos Contratos..... 335**

1. Classificação estrutural dos contratos.....	335
1.1 As dicotomias clássicas.....	335
1.2 Classificações tradicionais.....	337
1.2.1 Contratos bilaterais (sinalagmáticos) e unilaterais.....	337
1.2.2 Contratos onerosos e gratuitos.....	341
1.2.3 Contratos comutativos e aleatórios.....	345
1.2.3.1 Noções gerais.....	345
1.2.3.2 A alienação aleatória.....	349
1.2.4 Contratos consensuais e reais.....	353
1.2.5 Contratos solenes e não solenes.....	355
1.2.6 Contratos instantâneos e contratos de duração.....	358
1.2.7 Contratos principais e acessórios.....	360
1.2.8 Contratos intuitu personae e impessoais.....	363
2. Classificação funcional dos contratos.....	365
2.1 Classificações do contrato contemporâneo.....	365
2.2 O contrato de consumo.....	368
2.2.1 Os três sujeitos contratuais.....	368
2.2.2 Contratos civis e contratos de consumo – diálogo de fontes.....	371
2.2.2.1 A relação de Consumo na era da economia do compartilhamento... ..	381
2.2.3 O consumidor e o superendividamento: Lei n. 14.181/21.....	385
2.3 Contratos empresariais e a Lei da Liberdade Econômica.....	399
2.4 O contrato de adesão.....	404
2.5 As cláusulas contratuais gerais.....	420

2.5.1	Noções gerais .....	420
2.5.2	Controle do conteúdo das cláusulas contratuais gerais .....	422
2.6	O contrato-tipo .....	432
2.7	Contratos coletivos e acordos normativos .....	434
2.8	Contratos coativos e necessários .....	436
2.8.1	A liberdade de contratar .....	436
2.8.2	A obrigação de contratar .....	437
2.9	O contrato relacional .....	443
2.10	O contrato associativo .....	448
2.11	O contrato eletrônico .....	450
2.11.1	Noções gerais .....	450
2.11.2	Despersonalização do contrato .....	453
2.11.3	Desmaterialização do contrato .....	455
2.11.4	Desterritorialização do contrato .....	455
2.11.5	Desconfiança do consumidor .....	457
2.12	Contratos inteligentes – <i>smart contracts</i> .....	459
2.13	Contratos cativos de longa duração .....	465
2.14	Contratos existenciais e o paradigma da essencialidade .....	469
2.14.1	Noções gerais .....	469
2.14.2	Evolução do conceito de bem jurídico .....	473
2.14.3	Evolução da função do patrimônio .....	475
2.14.4	O patrimônio mínimo existencial .....	476
2.14.5	O paradigma da essencialidade .....	478
2.14.6	O bem de família .....	481
2.14.7	O bem mínimo existencial .....	483
2.14.8	A ponderação entre a tutela do bem existencial e o direito ao crédito .....	485
2.14.9	Do bem de família aos bens mínimos existenciais .....	490
2.14.10	O mínimo existencial e o superendividamento .....	494
2.15	Contratos de direitos da personalidade .....	498
2.15.1	Noções gerais .....	498
2.15.2	Contrato de cessão de uso de imagem .....	503
2.15.3	Contrato de direitos autorais .....	506
2.15.4	Contrato de casamento .....	512
2.15.4.1	Casamento como contrato relacional .....	513
2.15.5	Os esposais .....	516
2.15.6	Contrato de união estável .....	518
2.15.6.1	Contornos gerais .....	518
2.15.6.2	Celebração do contrato de convivência e modificabilidade .....	519
2.15.6.3	Eficácia do pacto convivencial .....	521
2.15.6.4	Conteúdo .....	522
2.15.7	O contrato de namoro e seus efeitos sobre a união estável .....	523
3.	Qualificação dos contratos .....	524
3.1	Qualificação e classificação dos contratos .....	524
3.2	Contratos típicos e atípicos .....	526
3.3	Contratos mistos e coligados .....	536
3.3.1	Contratos coligados e superendividamento .....	541
3.4	As redes contratuais .....	543

<b>Capítulo V ► Da Interpretação do Contrato.....</b>	<b>551</b>
1. Introdução.....	552
2. Os elementos estruturais do negócio jurídico.....	557
3. A posição adotada pelo Código Civil de 2002.....	559
3.1 A função interpretativa do art. 113 do Código Civil.....	562
3.2 O elemento consuetudinário na interpretação dos contratos.....	568
3.3 Interpretação dos negócios gratuitos.....	572
3.4 Interpretação da declaração tácita de vontade.....	573
4. Interpretação dos contratos Coligados.....	575
5. Interpretação dos contratos de massa.....	577
6. Interpretação contratual conforme a lei da liberdade econômica (Lei n. 13.874/19).....	586
<b>Capítulo VI ► Cessão do Contrato.....</b>	<b>597</b>
1. Noções gerais.....	598
2. Requisitos.....	604
3. Efeitos.....	607
4. Distinções com outros modelos jurídicos.....	608
5. O subcontrato.....	609
5.1 Noções gerais.....	609
5.2 Distinção entre o subcontrato e a cessão contratual.....	613
<b>Capítulo VII ► Relatividade dos Contratos.....</b>	<b>615</b>
1. Estipulação em favor de terceiro.....	616
1.1 Noções gerais.....	616
1.2 Regime jurídico.....	619
1.3 O pacto sucessório e a estipulação em favor de terceiro.....	623
2. Promessa de fato de terceiro.....	625
3. Contrato com pessoa a declarar.....	629
3.1 Noções gerais.....	629
3.2 Regime jurídico.....	631
<b>Capítulo VIII ► Efeitos dos Contratos.....</b>	<b>637</b>
1. Vícios redibitórios.....	637
1.1 Noções conceituais.....	637
1.2 Fundamentação jurídica dos vícios redibitórios.....	640
1.3 Requisitos para a caracterização dos vícios redibitórios.....	643
1.4 As ações edilícias.....	646
1.5 Os vícios redibitórios no CDC.....	653
1.6 Os vícios construtivos.....	664
1.7 A desmaterialização dos vícios redibitórios.....	672
2. Evicção.....	673
2.1 Noções conceituais.....	673
2.2 Fundamentação jurídica da garantia.....	677

2.3 Elementos da evicção.....	678
2.3.1 Privação do direito do adquirente.....	678
2.3.2 Preexistência do direito do terceiro.....	681
2.3.3 Privação judicial ou extrajudicial.....	685
2.3.4 A evicção e o princípio da concentração na matrícula imobiliária.....	687
2.4 Extensão da garantia.....	690
2.5 A denúncia da lide.....	697
<b>Capítulo IX ► Extinção dos Contratos.....</b>	<b>703</b>
1. Noções gerais.....	703
2. Extinção pelo regular cumprimento.....	705
2.1 Extinção normal do contrato na perspectiva da obrigação simples.....	705
2.2 Extinção normal do contrato na perspectiva da obrigação complexa.....	706
3. Extinção pela inexistência e pela invalidade.....	707
4. Extinção pela ineficácia.....	710
4.1 A cláusula resolutiva expressa.....	713
4.2 A cláusula de arrependimento.....	719
4.3 Resilição.....	721
4.3.1 Distrato ou resilição bilateral.....	722
4.3.2 Resilição unilateral.....	725
4.4 Rescisão.....	736
4.5 Resolução.....	738
4.5.1 Natureza da resolução.....	739
4.5.2 A impossibilidade superveniente da prestação e força maior.....	742
4.5.3 A extinção dos interesses objetivos do credor.....	752
4.5.3.1 Inexecução voluntária.....	758
4.5.3.2 Inexecução involuntária.....	759
4.5.3.3 A resolução de contratos de incorporação imobiliária – A Lei n. 13.786/18.....	760
4.5.4 A violação positiva do contrato (ou cumprimento imperfeito do contrato).....	765
4.5.5 O adimplemento substancial.....	766
4.5.6 O inadimplemento antecipado.....	769
4.5.7 O cumprimento dos deveres anexos pelo credor.....	772
4.6 A resolução por alteração superveniente das circunstâncias.....	773
4.7 A resolução pela frustração do fim do contrato.....	796
4.8 Extinção por morte de um dos contratantes.....	800
5. A exceção de contrato não cumprido.....	802
5.1 Noções gerais.....	802
5.2 O risco de descumprimento.....	810
5.3 A <i>exceptio</i> nos contratos administrativos.....	814

## Parte II

### Contratos em Espécie

<b>Capítulo I ► Contrato de Compra e Venda.....</b>	<b>819</b>
1. Noções gerais e quadro evolutivo da compra e venda.....	819
2. O regramento dualista da compra e venda: uma breve introdução à CISG.....	823

3. Noções conceituais e a natureza obrigacional.....	827
4. Classificação do contrato de compra e venda.....	831
5. Elementos essenciais da compra e venda.....	836
5.1 Generalidades .....	836
5.2 Consentimento .....	836
5.3 Preço.....	863
5.4 Coisa (objeto da compra e venda) .....	872
6. Efeitos jurídicos decorrentes da compra e venda.....	874
6.1 Prolegômenos .....	874
6.2 Responsabilidade do vendedor pelos vícios redibitórios e pela evicção.....	876
6.3 Responsabilidade pela perda ou deterioração (pericimento) da coisa adquirida .....	877
6.4 Responsabilidade pelas despesas .....	880
7. Situações especiais de compra e venda.....	882
7.1 Noções gerais .....	882
7.2 Venda por amostras.....	882
7.3 Venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i> .....	885
8. Cláusulas especiais (adjetas) na compra e venda .....	891
8.1 Generalidades .....	891
8.2 Retrovenda .....	893
8.3 Venda a contento e venda sujeita à prova.....	897
8.4 Preempção ou preferência convencional.....	901
8.5 Reserva de domínio.....	908
8.6 Venda sobre documentos.....	913
9. Venda de bens públicos.....	916
<b>Capítulo II ► Contrato de Troca ou Permuta .....</b>	<b>919</b>
1. Prolegômenos sobre a troca ou permuta .....	920
2. Noções conceituais e elementos caracterizadores.....	922
3. Classificação do contrato de troca ou permuta.....	923
4. A permuta de valores desiguais (permuta com saldo).....	925
5. Aplicação das regras da compra e venda.....	927
6. Permuta de bens públicos .....	930
7. Promessa de Permuta .....	931
<b>Capítulo III ► Contrato Estimatório ou Consignatório.....</b>	<b>933</b>
1. Noções conceituais sobre a venda por consignação .....	933
2. Elementos caracterizadores.....	936
3. Classificação.....	941
4. Natureza jurídica da obrigação do consignatário: obrigação facultativa ou alternativa? .....	942
5. Inversão da teoria dos riscos.....	944
6. O desfazimento do contrato estimatório e a proteção do terceiro adquirente de boa-fé .....	945
7. Causas extintivas do contrato e os efeitos da eventual falência do consignatário.....	946
<b>Capítulo IV ► Contrato de Doação .....</b>	<b>949</b>
1. Generalidades sobre a doação.....	950

2. Noções conceituais e características fundamentais.....	951
3. Classificação do contrato de doação.....	956
4. A promessa de doação.....	960
5. Elementos componentes do contrato de doação.....	962
5.1 Prolegômenos.....	962
5.2 O sujeito.....	963
5.3 O objeto.....	966
5.4 Mútuo consentimento.....	970
5.5 Forma.....	972
6. Vedações legais à doação.....	973
6.1 Noções gerais.....	973
6.2 Proibição de doação universal.....	973
6.3 Proibição de doação inoficiosa.....	976
6.4 Proibição de doação ao cônjuge adúltero (vedação de doação à concubina).....	981
6.5 Proibição de doação pelo devedor insolvente.....	985
7. Situações especiais de doação.....	986
7.1 Generalidades.....	986
7.2 Doação pura e simples e doação com condição (condicional), a termo ou com encargo (modal).....	986
7.3 A possibilidade de cláusulas restritivas na doação.....	989
7.3.1 Generalidades.....	989
7.3.2 Mitigação das cláusulas restritivas.....	991
7.3.3 Extensão temporal da cláusula restritiva.....	994
7.4 Doação remuneratória.....	995
7.5 Doação mista.....	996
7.6 Doação contemplativa ou meritória.....	997
7.7 Doação conjuntiva ou em comum a mais de uma pessoa.....	997
7.8 Doação de ascendente para descendente.....	998
7.9 Doação para entidade futura.....	1001
7.10 Doação em contemplação de casamento futuro com pessoa certa e determinada (doação <i>propter nuptias</i> ).....	1002
8. Doação de bens públicos.....	1002
9. Revogação da doação.....	1004
9.1 A extinção da doação.....	1004
9.2 A revogação da doação.....	1005
9.3 Irrenunciabilidade antecipada do direito de revogar a doação.....	1006
9.4 Revogação da doação por descumprimento do encargo.....	1007
9.5 Revogação da doação por ingratidão do donatário.....	1010
<b>Capítulo V ► Contratos de Empréstimo: Comodato e Mútuo.....</b>	<b>1017</b>
1. Noções conceituais sobre o empréstimo como uma figura contratual.....	1017
2. O comodato.....	1019
2.1 Noções conceituais.....	1019
2.2 Elementos caracterizadores do comodato.....	1023
2.3 Prazo do empréstimo.....	1027

2.4 Classificação do comodato.....	1030
2.5 Promessa de comodato ( <i>pactum de commodando</i> ).....	1032
2.6 Obrigações do comodatário.....	1033
2.7 Obrigações do comodante.....	1037
2.8 Comodato de bem público.....	1038
2.9 Teoria dos riscos no contrato de comodato.....	1039
2.10 Extinção do comodato.....	1040
3. O mútuo.....	1041
3.1 Noções conceituais.....	1041
3.2 Elementos caracterizadores do mútuo.....	1043
3.3 Capacidade das partes envolvidas e o mútuo feito a um menor ( <i>Senatus Consulto Macedoniano</i> ).....	1045
3.4 Classificação do mútuo.....	1047
3.5 Prazo do contrato de mútuo.....	1049
3.6 Mútuo em dinheiro (mútuo feneratício).....	1050
3.7 Extinção.....	1059

## **Capítulo VI ► Contrato de Prestação de Serviços ..... 1063**

1. Breve introdução à prestação de serviços humanos.....	1063
2. Noções conceituais da prestação de serviços e suas características: os confins divisórios com os contratos de trabalho, de empreitada e de consumo.....	1067
3. Classificação do contrato de prestação de serviços.....	1075
4. Objeto da prestação de serviços.....	1079
5. Remuneração do prestador de serviços.....	1082
5.1 Generalidades.....	1082
5.2 Arbitramento da remuneração pelo juiz.....	1083
5.3 Remuneração acima do décuplo do salário-mínimo e a (des)necessidade de prova escrita.....	1084
5.4 Periodicidade da remuneração.....	1085
5.5 Compensação ao prestador de serviço não habilitado profissionalmente.....	1086
6. Prazo de duração da prestação de serviços.....	1088
7. Aliciamento do prestador de serviços.....	1091
8. Obrigações recíprocas na prestação de serviços.....	1095
9. Competência da Justiça do Trabalho para dirimir conflitos decorrentes da prestação de serviços.....	1096
10. Extinção do contrato de prestação de serviços e o direito à certificação.....	1098

## **Capítulo VII ► Contrato de Empreitada..... 1103**

1. Prolegômenos sobre a empreitada.....	1104
2. Noções conceituais sobre a empreitada e distinções relevantes.....	1106
2.1 Tentativa conceitual.....	1106
2.2 O objeto da empreitada.....	1108
2.3 Possibilidade de caracterização da empreitada como relação consumerista.....	1109
3. Classificação do contrato de empreitada, a possibilidade de subempreitada e os efeitos da morte do empreiteiro.....	1110

4. Espécies de empreitada .....	1116
4.1 Generalidades .....	1116
4.2 Empreitada de labor ou de mão de obra .....	1117
4.3 Empreitada de materiais ou mista .....	1119
4.4 Empreitada por administração .....	1121
4.5 <i>Engineering</i> .....	1122
4.6 Empreitada sempre como obrigação de resultado .....	1123
5. O preço da empreitada.....	1123
5.1 Noções gerais sobre o preço .....	1123
5.2 Espécies de empreitada em relação ao preço .....	1124
5.3 Empreitada por preço determinado.....	1124
5.4 Empreitada por unidade de medida.....	1127
5.5 Pagamento do empreiteiro e prazo prescricional para cobrança de sua remuneração .....	1128
6. O recebimento da obra .....	1129
7. Prazo de garantia e responsabilidade do empreiteiro.....	1132
7.1 Responsabilidade do empreiteiro pela segurança e pela solidez da obra entregue ao proprietário.....	1132
7.2 Responsabilidade do empreiteiro quando a relação é consumerista .....	1137
7.3 Responsabilidade do empreiteiro perante terceiros pelo fato da coisa (responsabilidade pela ruína do prédio construído) .....	1139
8. Competência judicial para processar e julgar eventuais conflitos decorrentes da empreitada ...	1140
9. Proteção do direito autoral ao projeto de construção.....	1143
10. Suspensão do contrato de empreitada.....	1147
11. Extinção do contrato de empreitada .....	1151
<b>Capítulo VIII ► Contrato de Depósito .....</b>	<b>1153</b>
1. Generalidades sobre o depósito.....	1153
2. Noções conceituais e características fundamentais.....	1156
3. Classificação do contrato de depósito .....	1160
4. Objeto do depósito .....	1163
5. Espécies de depósito .....	1168
6. Aplicação da teoria dos riscos .....	1175
7. Obrigações das partes .....	1176
7.1 Obrigações do depositante.....	1176
7.2 Obrigações do depositário e a ação de depósito.....	1177
8. A situação atual da prisão civil do depositário infiel (o controle de convencionalidade do art. 652 do Código Civil).....	1180
<b>Capítulo IX ► Contrato de Mandato.....</b>	<b>1187</b>
1. Prolegômenos sobre o mandato.....	1187
2. Noções conceituais e características fundamentais.....	1189
3. Distinções fundamentais: o mandato, a representação e a procuração .....	1191
4. Classificação do contrato de mandato .....	1196
5. Objeto do contrato de mandato .....	1202



6. Sujeitos do contrato de mandato .....	1204
6.1 Generalidades .....	1204
6.2 Mandato conjunto ou simultâneo .....	1205
6.3 Responsabilidade solidária no mandato .....	1206
7. O substabelecimento .....	1206
8. Atuação das partes (mandante e mandatário).....	1210
8.1 Obrigações do mandante .....	1210
8.2 Obrigações do mandatário.....	1211
8.3 O abuso do poder e o excesso de poder pelo mandatário .....	1212
9. Mandato e terceiros de boa-fé (o mandato aparente).....	1214
10. Espécies de mandato .....	1217
11. (Ir)revogabilidade do mandato.....	1218
12. Mandato (procuração) em causa própria .....	1222
13. Extinção do contrato de mandato .....	1224

## **Capítulo X ► Contrato de Corretagem..... 1229**

1. Generalidades sobre a corretagem .....	1229
2. Noções conceituais e distinções relevantes com outras figuras jurídicas .....	1231
3. Classificação.....	1234
4. Espécies de corretagem .....	1239
5. A remuneração do corretor .....	1243
6. A natureza da obrigação do corretor: de meio ou de resultado?.....	1254
7. Obrigações do corretor no âmbito do contrato de corretagem .....	1256
8. Aspectos processuais e competência judicial.....	1258

## **Capítulo XI ► Contrato de Locação ..... 1263**

1. Breve histórico .....	1263
2. A locação na sociedade de mercado.....	1266
3. Campo de incidência das normas contidas no código civil sobre o contrato de locação.....	1269
4. Elementos contratuais.....	1276
4.1 Cessão do uso e gozo .....	1277
4.2 Coisa fungível .....	1279
4.3 Retribuição (aluguel) .....	1280
4.4 Temporariedade (prazo) .....	1286
5. Classificação do contrato de locação .....	1287
6. Obrigações dos contratantes.....	1291
6.1 Obrigações do locador .....	1291
6.2 Obrigações do locatário.....	1299
7. A possibilidade de inserção de cláusulas de acordo de procedimento nos contratos de locação (negócios jurídicos processuais atípicos).....	1306
8. Extinção da locação.....	1307
8.1 Extinção da locação com prazo .....	1307
8.2 Extinção da locação sem prazo .....	1310

8.3 Extinção pela venda do bem locado.....	1313
8.4 Extinção pelo inadimplemento .....	1315
8.5 Extinção pela morte de uma das partes.....	1316
<b>Capítulo XII ► Contrato de Fiança .....</b>	<b>1319</b>
1. Introdução ao estudo das garantias creditícias .....	1319
2. Noções gerais do contrato de fiança .....	1325
3. Características primordiais .....	1332
4. Regramento da fiança.....	1339
5. Eficácia da fiança .....	1343
6. Extinção da fiança .....	1352
6.1 Decurso do prazo e exoneração do fiador .....	1352
6.2 Morte do fiador .....	1356
6.3 Causas imputáveis ao credor.....	1358
6.4 Causas extintivas diretas genéricas .....	1362
6.5 Causas extintivas indiretas.....	1363
<b>Capítulo XIII ► Contrato de Comissão .....</b>	<b>1367</b>
1. Notas introdutórias à comissão.....	1367
2. A natureza <i>intuitu personae</i> e os sujeitos contratuais .....	1369
2.1 O comitente .....	1371
2.2 O comissário .....	1372
2.3 O terceiro.....	1375
3. Características.....	1375
4. Deveres do comitente e do comissário.....	1377
4.1 A atuação em conformidade com ordens e instruções.....	1378
4.2 Deveres de cuidado e diligência.....	1381
4.3 A cláusula del credere.....	1382
5. Espécies .....	1383
5.1 Comissão consigo mesmo.....	1383
5.2 Comissão com consignação.....	1384
6. Notas conclusivas.....	1384
<b>Capítulo XIV ► Contratos de Agência e Distribuição.....</b>	<b>1387</b>
1. Introdução aos contratos de agência e distribuição .....	1387
1.1 O contrato de agência.....	1389
1.2 O contrato de distribuição.....	1394
2. Diferenças quanto à representação autônoma.....	1397
3. Direitos e deveres das partes.....	1399
3.1 Do proponente .....	1399
3.2 Do agente ou distribuidor .....	1400
4. Extinção contratual.....	1403
5. Notas conclusivas.....	1407

<b>Capítulo XV ► Contrato de Transporte.....</b>	<b>1409</b>
1. Notas introdutórias, conceito e funções .....	1409
2. Natureza jurídica e especificidades .....	1410
3. Subespécies do contrato de transporte .....	1416
4. O transporte de cortesia .....	1417
5. O transporte de pessoas .....	1420
6. O transporte de coisas .....	1430
6.1 Frete.....	1440
7. Notas conclusivas.....	1441
<b>Capítulo XVI ► Contrato de Seguro .....</b>	<b>1443</b>
1. Notas introdutórias e a evolução dos seguros.....	1443
2. Natureza jurídica e principais características .....	1445
2.1 A apólice de seguro.....	1449
2.2 Cosseguro, resseguro e seguro em favor de terceiro.....	1452
2.3 Peculiaridades do risco e as obrigações entre as partes .....	1455
2.4 Sinistro, pagamento e prescrição .....	1465
3. O seguro de dano .....	1472
3.1 Escopo, vigência e o teto indenizatório.....	1473
3.2 Transferência a terceiro .....	1479
3.3 Sub-rogação, perdas e danos e indenização pelo sinistro .....	1480
4. O seguro de pessoa.....	1489
4.1 O beneficiário .....	1492
4.2 Características e peculiaridades .....	1495
4.3 Suicídio do segurado .....	1498
4.4 Atividades de risco realizadas pelo segurado .....	1500
4.5 Sub-rogação e outras características .....	1501
4.6 A Lei 14.430/22: Marco Legal da Securitização.....	1502
<b>Capítulo XVII ► Contrato de Constituição de Renda .....</b>	<b>1507</b>
1. Considerações introdutórias.....	1507
2. Partes.....	1509
2.1 O instituidor, rentista ou censuista .....	1509
2.2 O rendeiro ou censatário.....	1511
2.3 O terceiro ou beneficiário .....	1511
3. Características .....	1512
4. Modos de constituição .....	1514
5. Formas de extinção .....	1516
6. Notas conclusivas.....	1519
<b>Capítulo XVIII ► Do Jogo e da Aposta.....</b>	<b>1521</b>
1. Introdução.....	1521
2. Conceituação e âmbito de incidência.....	1522

2.1 Contrato de jogo.....	1522
2.2 Contrato de aposta .....	1524
3. Natureza jurídica.....	1524
4. Características e efeitos .....	1526
5. Notas conclusivas .....	1530
<b>Capítulo XIX ► Transação.....</b>	<b>1531</b>
1. Aspectos introdutórios e conceituais .....	1531
2. Características da transação .....	1533
2.1 Limites subjetivos e objetivos .....	1534
2.2 Transação e cláusula penal.....	1536
3. Eficácia .....	1536
3.1 Transação e fiança .....	1537
3.2 Transação e os efeitos da evicção.....	1538
3.3 Transação e ação penal.....	1539
4. Anulabilidade e nulidade da transação.....	1539
4.1 Transação e dolo .....	1541
4.2 Transação e coação .....	1542
4.3 Transação e erro essencial .....	1542
4.4 Transação, erro de fato e erro de direito .....	1543
<b>Capítulo XX ► Compromisso .....</b>	<b>1545</b>
1. Notas conceituais .....	1545
2. Compromisso e convenção de arbitragem .....	1546
2.1 Compromisso arbitral .....	1547
2.2 Cláusula compromissória .....	1548
3. Extensão do compromisso.....	1551
4. Natureza jurídica e questões peculiares.....	1551
4.1 As questões de estado .....	1552
4.2 O direito pessoal de família.....	1552
4.3 Outras questões .....	1553
5. Notas conclusivas.....	1554
<b>Bibliografia .....</b>	<b>1555</b>

Cristiano Chaves de Farias  
Nelson Rosenvald

Curso de **DIREITO**  
**CIVIL**

**20<sup>a</sup>**  
Edição

REVISTA  
ATUALIZADA  
AMPLIADA

Reais

**5**

**2024**



**EDITORA**  
*Jus*PODIVM

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

# Sumário

<b>Palavras Prévias (à guisa de apresentação da 19ª edição) .....</b>	<b>19</b>
<b>Prefácio .....</b>	<b>23</b>
<b>Apresentação .....</b>	<b>25</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>27</b>
<b>Capítulo I ► Direitos reais.....</b>	<b>31</b>
1. Conceito.....	32
2. Características fundamentais dos direitos reais.....	33
2.1 Absolutismo.....	33
2.2 Sequela.....	37
2.3 Preferência.....	39
2.4 Taxatividade .....	41
2.5 Tipicidade .....	43
3. A aproximação entre as situações jurídicas reais e obrigacionais.....	49
4. Classificação.....	55
5. Obrigações <i>propter rem</i> .....	59
5.1 Conceito e natureza jurídica.....	59
5.2 Distinção perante os ônus reais.....	62
<b>Capítulo II ► Posse .....</b>	<b>67</b>
1. Breve histórico da posse .....	68
2. Teorias e definição da posse .....	68
2.1 Teoria subjetiva (clássica) de Savigny.....	68
2.2 Teoria objetiva de Ihering.....	70
2.3 Definição da posse .....	73
3. Natureza da posse .....	74
4. A função social da posse e o direito de moradia.....	78
4.1 Generalidades: a posse vocacionada à pessoa humana.....	79
4.2 A desapropriação judicial indireta (ou desapropriação privada) .....	85
4.3 A legitimação da posse .....	100
4.4 A posse e os conflitos multitudinários.....	105
4.4.1 A tensão entre posse e propriedade.....	105
4.4.2 Intervenção do Ministério Público .....	107
4.4.3 As invasões coletivas .....	112
4.4.4 As ocupações coletivas .....	117
5. Objeto da posse.....	122
6. Desdobramento da posse.....	126

7. Composse.....	131
8. Detenção.....	135
9. Classificação da posse.....	149
9.1 Vícios objetivos da posse.....	150
9.2 Vício subjetivo da posse.....	156
10. Interversão (convalescimento) da posse.....	162
11. Aquisição e perda da posse de bens imóveis – estado da arte.....	165
11.1 Modos de aquisição e perda da posse de bens imóveis.....	166
11.1.1 Modos clássicos de aquisição e perda da posse imobiliária.....	166
11.1.2 Aquisição e perda da posse imobiliária na contemporaneidade.....	174
11.1.2.1 A aquisição da posse coletiva.....	175
11.1.2.2 Aquisição titulada da posse de bens públicos.....	179
11.2 Conclusão.....	183
12. Efeitos.....	184
12.1 Direito aos frutos.....	184
12.2 Responsabilidade civil do possuidor.....	188
12.3 Direito às benfeitorias.....	190
12.3.1 Noções gerais.....	190
12.3.2 As benfeitorias e a posse.....	192
12.3.3 As benfeitorias e o direito de retenção.....	196
12.3.4 As benfeitorias e a posse derivada de relações contratuais.....	202
12.4 Direito à usucapião.....	205
12.5 Ações possessórias.....	206
12.5.1 Fundamentos da proteção possessória.....	206
12.5.2 A tutela jurisdicional da posse.....	208
12.5.3 As ações possessórias em espécie.....	218
12.5.3.1 Reintegração de posse.....	221
12.5.3.2 Manutenção de posse.....	228
12.5.3.3 Interdito proibitório.....	230
12.5.3.4 Autoexecutoriedade.....	233
12.5.4 Aspectos processuais das ações possessórias.....	236
12.5.4.1 Aspectos gerais.....	236
12.5.4.2 O processo nos conflitos possessórios coletivos.....	247
12.5.4.2.1 O processo nos conflitos possessórios coletivos de “Força Velha”.....	250
12.5.4.2.2 O processo nos conflitos possessórios coletivos de “Força nova”.....	257
12.5.4.3 Natureza dúplice das possessórias.....	257
12.5.4.4 Fungibilidade das possessórias.....	259
12.5.4.5 Cumulação de pedidos.....	262
12.5.4.6 Competência para processar e julgar a ação possessória.....	264
12.6 A tutela da posse por outros mecanismos.....	265
12.6.1 Imissão de posse.....	265
12.6.2 Ação de nunciação de obra nova.....	268

### Capítulo III ► Propriedade ..... 271

1. Breve histórico da propriedade.....	272
2. Propriedade e domínio.....	278

3. Da propriedade às (novas) propriedades.....	282
3.1 Propriedades <i>versus</i> propriedades.....	283
3.2 A propriedade intelectual .....	288
4. O direito fundamental de propriedade como garantia de liberdade.....	297
5. O direito fundamental à propriedade como acesso.....	303
5.1 O acesso ao mínimo existencial.....	303
5.2 O acesso pela multipropriedade .....	310
6. Estrutura do direito de propriedade.....	311
6.1 Faculdade de usar .....	313
6.2 Faculdade de gozar .....	314
6.3 Faculdade de dispor .....	315
6.4 Faculdade de reivindicar .....	317
7. Principais atributos da propriedade .....	320
7.1 Exclusividade.....	321
7.2 Perpetuidade.....	323
7.3 Elasticidade e consolidação .....	324
8. Função social das propriedades .....	326
8.1 Generalidades.....	326
8.2 Noção de função social .....	328
8.3 A propriedade como direito subjetivo com função social.....	330
8.4 A propriedade como relação jurídica complexa .....	340
8.5 Função social da propriedade urbana .....	342
8.6 Função social da propriedade rural.....	358
8.7 Função social das diversas propriedades.....	373
8.8 Síntese da função social.....	384
8.9 As mult titularidades: para além da função social.....	389
9. A extensão das faculdades da propriedade.....	392
10. Da descoberta .....	394
11. Modos de aquisição da propriedade imobiliária .....	397
11.1 Registro.....	398
11.1.1 Princípios regentes.....	398
11.1.2 Da relação obrigacional para a eficácia real .....	399
11.1.3 Aproximação entre o título e o modo.....	405
11.1.4 Princípio da concentração na matrícula imobiliária – Lei n. 13.097/15 .....	409
11.1.5 Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp) – Lei n. 14.382/22 .....	415
11.1.6 Função social registral .....	417
11.1.7 Atributos do registro.....	420
11.1.8 Distinções terminológicas.....	442
11.1.9 O Ato Notarial Eletrônico, a Matrícula Notarial Eletrônica e a assinatura digital: A propriedade digital e o registro público no século XXI .....	446
11.2 Usucapião .....	453
11.2.1 Breve histórico .....	453
11.2.2 Conceito e natureza jurídica .....	454
11.2.3 Requisitos da usucapião.....	457
11.2.3.1 Requisitos pessoais .....	457
11.2.3.2 Requisitos reais .....	463
11.2.3.3 Requisitos formais.....	473



11.2.4	Usucapião extraordinária .....	473
11.2.5	Usucapião ordinária .....	480
11.2.5.1	Justo título .....	481
11.2.5.2	Boa-fé .....	486
11.2.6	Usucapião tabular.....	487
11.2.7	Direito intertemporal nas usucapiões extraordinária e ordinária.....	489
11.2.8	Usucapião especial (urbana).....	492
11.2.9	Usucapião urbana coletiva .....	502
11.2.10	Usucapião rural.....	508
11.2.11	Usucapião extrajudicial (art. 216-A da Lei dos Registros Públicos).....	512
11.2.12	Usucapião urbana administrativa (Lei n. 13.465/17) .....	525
11.2.13	Usucapião indígena .....	531
11.2.14	Usucapião especial do artigo 68 do ADCT – A propriedade quilombola.....	532
11.2.15	Usucapião pró-família.....	534
11.2.16	Questões procedimentais e processuais da usucapião .....	539
11.2.17	Usucapião como defesa.....	547
11.3	Acessão .....	552
11.3.1	Acessão natural.....	553
11.3.2	Acessão artificial – construções e plantações .....	555
11.3.2.1	Aspectos gerais .....	555
11.3.2.2	A tensão entre a propriedade e a posse .....	558
11.3.2.3	A desapropriação no interesse privado.....	562
11.4	Legitimação fundiária.....	565
12.	Modos de perda da propriedade .....	571
12.1	Alienação .....	573
12.2	Renúncia.....	574
12.3	Abandono.....	576
12.4	Percimento.....	582
12.5	Desapropriação .....	583
13.	Modos de aquisição da propriedade móvel .....	586
13.1	Ocupação .....	587
13.2	Achado do tesouro.....	588
13.3	Especificação .....	590
13.4	Confusão, comissão e adjunção.....	591
13.5	Usucapião .....	593
13.6	Tradição .....	596
14.	Propriedade resolúvel e <i>ad tempus</i> .....	603
15.	A propriedade aparente.....	606
15.1	A fragmentação do direito de propriedade .....	606
15.2	O significado da propriedade aparente .....	607
15.3	Quatro aplicações da aparência no direito de propriedade .....	609
16.	Propriedade fiduciária .....	613
16.1	Noções introdutórias .....	613
16.2	Conceito, elementos e natureza jurídica.....	615
16.3	Constituição da propriedade fiduciária .....	619
16.4	Características da propriedade fiduciária .....	623
16.5	O inadimplemento do devedor fiduciante no regime do Código Civil.....	635

16.6	A propriedade fiduciária especial de bens móveis do DL 911/69 .....	640
16.7	O fim da prisão civil do depositário infiel .....	650
16.8	A propriedade fiduciária de bens imóveis (Lei n. 9.514/97 atualizada pela Lei n. 13.465/17).....	656
16.9	A propriedade fiduciária e o arrendamento mercantil .....	675
16.10	Propriedade fiduciária e reserva de domínio.....	686
17.	Propriedade superficiária.....	692
17.1	Conceito e natureza jurídica.....	693
17.2	Conteúdo do direito de superfície.....	698
17.3	A superfície e a laje .....	705
17.4	O direito de superfície no Estatuto da Cidade – o diálogo de fontes.....	709
17.5	Extinção do direito de superfície.....	714
17.6	A superfície e outros modelos jurídicos.....	718
18.	A laje.....	721
18.1	Conceito e noções fundamentais .....	721
18.2	As espécies de laje.....	725
18.3	A natureza jurídica da laje – Direito real de propriedade.....	727
18.4	Direitos e deveres do lajeado (titular do imóvel originário).....	733
18.4.1	Direitos que tocam ao lajeado.....	733
18.4.2	Deveres do lajeado .....	737
18.4.3	Direitos que tocam ao lajeário.....	738
18.4.4	Deveres do lajeário .....	742
18.5	Modos constitutivos do direito real de laje .....	744
18.6	O direito de preferência.....	754
18.7	Formas extintivas do direito real de laje .....	760
<b>Capítulo IV ► Direitos de vizinhança.....</b>		<b>765</b>
1.	Noções gerais.....	766
2.	Uso anormal da propriedade.....	770
2.1	Uso normal, causando incômodos normais – solução: nenhum direito para o prejudicado (danos lícitos e ato lícito).....	777
2.2	Uso normal, causando incômodos anormais, mas socialmente necessários – solução: direito do prejudicado à indenização (dano ilícito oriundo de ato lícito).....	778
2.3	Uso anormal, causando danos anormais, sem justificção social, por inexistir interesse coletivo na atividade – solução: o prejudicado pode exigir a cessação do uso (dano ilícito oriundo de ato ilícito).....	780
3.	Árvores limítrofes.....	782
4.	Passagem forçada .....	783
5.	Da passagem de cabos e tubulações.....	786
6.	Das águas .....	787
7.	Limites entre prédios e direito de tapagem.....	791
8.	Direito de construir .....	797
8.1	O direito de construir e a função social da propriedade .....	797
8.2	O direito de construir no Código Civil .....	800
<b>Capítulo V ► Condomínio .....</b>		<b>807</b>
1.	Noções gerais.....	808

2. Condomínio ordinário.....	810
2.1 Classificação.....	810
2.2 Conteúdo da cotitularidade.....	812
2.3 Exercício da cotitularidade.....	818
2.4 Extinção do condomínio voluntário.....	820
2.5 Administração do condomínio.....	824
2.6 Condomínio necessário.....	827
3. Condomínio edilício.....	829
3.1 Noções gerais.....	829
3.2 Natureza jurídica.....	836
3.3 Elementos constitutivos.....	840
3.3.1 Convenção de condomínio.....	843
3.3.2 Regimento interno.....	851
3.4 Direitos dos condôminos.....	852
3.5 Deveres dos condôminos.....	862
3.6 As sanções punitivas condominiais.....	871
3.7 O inadimplemento condominial.....	881
3.8 Administração do condomínio.....	885
3.8.1 Síndico.....	885
3.8.2 Assembleia geral.....	893
3.8.3 Conselho fiscal.....	901
3.9 Extinção do condomínio edilício.....	902
3.10 O condomínio e o direito real de laje.....	903
4. O condomínio de casas.....	907
5. O condomínio de lotes.....	908
5.1 Os “Loteamentos fechados”.....	908
5.2 Os condomínios de lotes.....	913
5.3 O loteamento de acesso controlado.....	916
6. O condomínio urbano simples.....	918
7. O condomínio em Multipropriedade.....	921
7.1 Noções gerais.....	921
7.2 A regulamentação jurídica do condomínio multiproprietário (Lei n. 13.777/18).....	924
8. O fundo de investimento.....	932

## **Capítulo VI ► Direitos reais em coisa alheia ..... 943**

1. Introdução.....	944
2. A função social dos direitos reais sobre coisa alheia.....	946
3. Direitos reais de fruição.....	947
3.1 Enfitese.....	948
3.1.1 Supressão do instituto no Código Civil de 2002.....	948
3.1.2 Noções gerais.....	950
3.1.3 Objeto.....	951
3.1.4 Modos de aquisição.....	953
3.1.5 Conteúdo.....	954
3.1.6 Modos de extinção (art. 692 do CC/1916).....	957
3.1.7 Peculiaridades.....	958
3.2 Servidão.....	959

3.2.1	Breve histórico .....	959
3.2.2	Conceito e natureza jurídica .....	960
3.2.3	Distinções necessárias .....	964
3.2.4	Classificação .....	966
3.2.5	Modos de constituição .....	968
3.2.6	Exercício .....	971
3.2.7	Extinção .....	976
3.2.8	Tutela processual das servidões .....	980
3.3	Usufruto .....	981
3.3.1	Conceito e características .....	981
3.3.2	Distinções necessárias .....	984
3.3.3	Objeto .....	987
3.3.4	Modos de constituição .....	989
3.3.5	Direitos do usufrutuário .....	998
3.3.6	Obrigações do usufrutuário .....	1003
3.3.7	Extinção .....	1007
3.4	Direito real de uso .....	1016
3.4.1	O modelo do Código Civil .....	1016
3.4.2	A concessão de direito real de uso .....	1018
3.4.3	Concessão de uso especial para fins de moradia .....	1020
3.5	Direito real de habitação .....	1023
4.	Direitos reais de garantia .....	1028
4.1	Teoria geral .....	1028
4.1.1	Características dos direitos reais de garantia .....	1032
4.1.2	Princípios básicos dos direitos de garantia .....	1046
4.1.3	Distinção entre direitos de garantia e de gozo .....	1049
4.1.4	O agente de garantias .....	1051
4.2	Penhor .....	1053
4.2.1	Noções introdutórias .....	1053
4.2.2	Características do penhor .....	1057
4.2.3	Direitos e obrigações do credor pignoratício .....	1059
4.2.4	Extinção do penhor .....	1064
4.2.5	Modalidades de penhor .....	1067
4.2.5.1	Penhor rural .....	1067
4.2.5.2	Penhor industrial e mercantil .....	1072
4.2.5.3	Penhor de direitos e títulos de crédito .....	1073
4.2.5.4	Penhor de veículos .....	1078
4.2.5.5	Penhor legal .....	1080
4.3	Hipoteca .....	1084
4.3.1	A hipoteca e o mercado .....	1084
4.3.2	Noções gerais .....	1086
4.3.3	Modalidades de hipoteca .....	1091
4.3.3.1	Hipoteca convencional .....	1091
4.3.3.2	Hipoteca legal .....	1105
4.3.3.3	Hipoteca judiciária .....	1108
4.3.3.4	Hipotecas especiais .....	1109
4.3.3.5	Hipoteca censual .....	1111
4.3.4	Remissão da hipoteca .....	1115

4.3.5	Extinção da hipoteca.....	1119
4.4	Anticrese .....	1121
5.	Direito Real à Aquisição – Promessa de Compra e Venda.....	1125
5.1	Noções gerais.....	1125
5.2	A promessa como contrato preliminar .....	1127
5.2.1	Noções gerais .....	1127
5.2.2	Eficácia obrigacional.....	1131
5.2.3	A eficácia real do contrato preliminar .....	1141
5.2.4	O contrato preliminar impróprio .....	1143
5.2.5	A adjudicação compulsória extrajudicial – Lei 14.382/22 e Provimento 150/23 do CNJ .....	1149
5.3	A promessa de compra e venda no universo dos direitos reais.....	1153
5.4	A extinção da promessa de compra e venda à luz da Lei n. 13.786/18 .....	1159
5.4.1	Noções gerais .....	1159
5.4.2	A resilição unilateral dos contratos imobiliários.....	1161
5.4.3	O distrato e a resolução dos contratos imobiliários.....	1162
5.5	A desjudialização do cancelamento da promessa: Lei 14.382/22.....	1171
5.6	Temas controvertidos sobre promessa de compra e venda .....	1173

<b>Bibliografia .....</b>	<b>1185</b>
---------------------------	-------------

Cristiano Chaves de Farias  
Nelson Rosenvald

Curso de **DIREITO**  
**CIVIL**

**16<sup>a</sup>**

Edição

REVISTA  
ATUALIZADA  
AMPLIADA

Famílias

**6**

**2024**



**EDITORA**  
*Jus*PODIVM

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

# Sumário

<b>Palavras Prévias – 16ª edição .....</b>	<b>27</b>
<b>Apresentação .....</b>	<b>29</b>
<b>Prefácio.....</b>	<b>31</b>
<b>Capítulo I ► Introdução e Princípios Constitucionais do Direito das Famílias.....</b>	<b>33</b>
1. As famílias.....	35
1.1 Modelando a importância e a feição das famílias .....	35
1.2 A evolução da compreensão jurídica e social da família e os seus referenciais contemporâneos.....	36
1.3 A fotografia contemporânea da família enquanto instituição jurídica e social (a família da pós-modernidade).....	38
1.4 Noções conceituais contemporâneas: a família como instrumento de proteção avançada da pessoa humana (visão civil-constitucional da família).....	41
2. O direito das famílias.....	44
2.1 Noções conceituais .....	44
2.2 Estrutura do Direito das Famílias.....	46
2.3 Objeto de estudo do Direito das Famílias.....	46
2.4 A natureza jurídica (enquadramento topológico) das normas do Direito das Famílias .....	47
2.5 A intervenção mínima do Estado nas relações familiares (o Direito das Famílias mínimo)...	48
2.6 A privacidade familiar .....	51
3. Importância e conteúdo atual do afeto como elemento estrutural da família contemporânea: postulado normativo aplicativo das normas.....	54
4. Fontes do direito das famílias .....	58
5. As garantias constitucionais das relações familiares (princípios constitucionais do direito das famílias e as suas tendências contemporâneas).....	60
5.1 A propalada bipartição das normas jurídicas: as regras e os princípios .....	60
5.2 A inexistência de hierarquia normativa entre princípios e regras.....	62
5.3 Os princípios e a técnica de ponderação de interesses (técnica de balanceamento) aplicada no Direito das Famílias .....	64
5.4 A aplicação das normas-regras e a excepcional possibilidade de utilização da técnica de derrotabilidade (superabilidade ou <i>defeasibility</i> ) nos <i>extreme cases</i> (casos extremos) .....	67
5.5 A vinculação do tecido normativo do direito das famílias aos princípios constitucionais....	73
5.6 As famílias na Constituição da República de 1988. e a cláusula geral de inclusão (a família eudemonista) .....	75
5.7 A não taxatividade do rol constitucional .....	77
5.8 Princípios constitucionais específicos do direito das famílias.....	78
5.8.1 Princípio da pluralidade das entidades familiares.....	78
5.8.2 Princípio da igualdade (isonomia) entre o homem e a mulher .....	99

5.8.3	Princípio da igualdade substancial entre os filhos .....	112
5.8.4	Princípio do planejamento familiar e da responsabilidade parental (o tratamento jurídico da alienação parental).....	113
5.8.5	Princípio da facilitação da dissolução do casamento.....	117
6.	A aplicação do Direito das Famílias e os desacordos morais razoáveis.....	119
7.	A aplicação da boa-fé objetiva nas relações familiares (o abuso do direito, o <i>venire contra factum proprium</i> e a <i>supressio/surrectio</i> nas relações familiares).....	121
7.1	A confiança como valor jurídico das relações privadas.....	121
7.2	A confiança nas relações patrimoniais de família: a boa-fé objetiva.....	123
7.3	Aplicação do <i>venire contra factum proprium</i> e da <i>supressio</i> e <i>surrectio</i> no âmbito das relações familiares.....	124
7.4	A confiança nas relações familiares pessoais: o afeto como valor jurídico tutelável (o afeto como postulado das relações familiares, e não como princípio).....	129
8.	A função social da família.....	133
9.	Responsabilidade civil nas relações de família e o cabimento das medidas de tutela específica, inclusive <i>astreintes</i> .....	135
10.	A perda de uma chance nas relações de família .....	142
11.	O procedimento especial dedicado às ações de família pelo Código de Processo Civil de 2015 .....	145
11.1	O cabimento do procedimento especial das ações de família e as suas exceções .....	145
11.2	Ressuscitando da mansão dos mortos: a possibilidade de separação .....	148
11.3	Especificidade do procedimento especial das ações de família: a mediação familiar obrigatória.....	149
11.4	O <i>iter</i> procedimental das ações de família.....	154
11.5	A intervenção do Ministério Público .....	156
11.6	Indícios de abuso ou alienação parental.....	157
11.7	A questão da revelia nas ações de família .....	158
11.8	Os poderes do juiz nas ações de família.....	159
11.9	A incidência da teoria da carga probatória dinâmica nas ações de família e a distribuição do ônus da prova.....	160
11.10	A desconsideração da personalidade jurídica nas ações de família .....	162
11.11	A interdisciplinaridade (multiprofissionalidade) nas ações de família .....	167
11.12	A excepcional possibilidade de utilização de prova ilícita nas ações de família .....	169
11.13	Os negócios jurídicos processuais em ações de família .....	173
<b>Capítulo II ► O Casamento (A Família Matrimonializada).....</b>		<b>175</b>
1.	Uma visão constitucional do casamento.....	176
2.	Estrutura jurídica do casamento .....	178
2.1	Noções conceituais .....	178
2.2	Finalidades do casamento.....	182
2.3	Natureza jurídica do casamento .....	185
2.4	Características do casamento .....	186
2.5	Prova do casamento.....	189
2.6	Os sponsais (a promessa de casamento e os seus efeitos jurídicos).....	191
2.7	Agências de casamento (corretagem matrimonial).....	195
2.8	Modalidades de casamento e o modelo civil de casamento adotado pelo sistema brasileiro....	196



2.9	Impedimentos matrimoniais .....	200
2.9.1	Noções conceituais .....	200
2.9.2	Oposição dos impedimentos matrimoniais .....	201
2.9.3	Classificação dos impedimentos.....	204
2.9.4	Impedimentos resultantes do parentesco.....	205
2.9.5	Impedimento resultante de casamento anterior (proibição da bigamia) .....	210
2.9.6	Impedimento resultante da prática de crime.....	211
2.10	Causas suspensivas matrimoniais .....	212
2.10.1	Noções conceituais.....	212
2.10.2	Oposição das causas suspensivas .....	214
2.10.3	Causas suspensivas fundadas na confusão patrimonial.....	215
2.10.4	Causas suspensivas fundadas em confusão de sangue ( <i>turbatio sanguinis</i> ).....	216
2.10.5	Causa suspensiva fundada em tutela ou curatela .....	216
2.10.6	Possibilidade de afastamento de causas suspensivas.....	217
2.11	A habilitação para o casamento .....	218
2.11.1	Lineamentos gerais sobre a habilitação para o casamento.....	218
2.11.2	A capacidade para o casamento, a impossibilidade de suprimento judicial de idade e a possibilidade de suprimento judicial do consentimento dos pais .....	219
2.11.3	O novo (e simplificado) procedimento de habilitação e as suas diferentes fases.....	223
2.12	Casamento de militares.....	228
2.13	Casamento dos servidores do Serviço Exterior Brasileiro .....	229
2.14	Contrato de emprego entre cônjuges.....	230
3.	Existência, validade e eficácia do casamento .....	230
3.1	Os planos do mundo jurídico aplicáveis ao casamento .....	230
3.2	A existência do casamento .....	232
3.3	A validade do casamento .....	236
3.3.1	Generalidades .....	236
3.3.2	O casamento nulo (invalidade absoluta).....	238
3.3.3	O casamento anulável (invalidade relativa) .....	242
3.3.4	Anulabilidade por erro essencial sobre a pessoa do cônjuge.....	251
3.3.5	Quadro comparativo das características do casamento nulo e do anulável.....	254
3.3.6	O casamento putativo .....	255
4.	Celebração do casamento .....	257
4.1	Noções gerais.....	257
4.2	Formalidades da celebração.....	259
4.3	O momento da celebração .....	260
4.4	O casamento consular .....	262
4.5	O casamento religioso com efeitos civis posteriores.....	263
4.6	Conversão da união estável em casamento.....	266
4.7	Formas excepcionais de casamento: o casamento em iminente risco de vida e o casamento nuncupativo.....	268
5.	Efeitos jurídicos decorrentes do casamento.....	272
5.1	Generalidades .....	272
5.2	Efeitos sociais .....	273

5.3	Efeitos pessoais.....	276
5.3.1	Noções gerais.....	276
5.3.2	A possibilidade de acréscimo do sobrenome do cônjuge.....	278
5.3.3	Fixação do domicílio conjugal.....	282
5.3.4	Os direitos e deveres recíprocos.....	283
5.4	Efeitos patrimoniais .....	289
5.5	A não fluência de prazo prescricional entre cônjuges na constância do casamento e a possibilidade de usucapião conjugal (usucapião por abandono de lar).....	291
5.6	As relações jurídicas entre os cônjuges-empresários.....	296
<b>Capítulo III ► O Regime de Bens do Casamento .....</b>		<b>299</b>
1.	O regime de bens em perspectiva civil-constitucional.....	299
1.1	Os efeitos econômicos dentre as múltiplas consequências decorrentes do casamento .....	299
1.2	Os efeitos econômicos do casamento e a possibilidade de controle através do regime de bens: o estatuto patrimonial do casamento .....	301
1.3	A teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana aplicada nas relações econômicas matrimoniais: o regime de bens à luz da normatividade constitucional .....	303
1.4	A teoria da análise econômica do Direito aplicável ao regime patrimonial das relações afetivas.....	306
1.5	A incidência da isonomia constitucional entre o homem e a mulher no regime de bens....	307
2.	Lineamentos sobre o regime de bens .....	309
2.1	Noções conceituais sobre o regime de bens .....	309
2.2	Princípios norteadores do regime de bens .....	310
2.2.1	Generalidades.....	310
2.2.2	O princípio da liberdade de escolha do regime de bens.....	310
2.2.3	O princípio da variedade dos regimes de bens.....	322
2.2.4	O princípio da mutabilidade motivada do regime de bens .....	323
2.3	Eficácia do regime de bens no casamento.....	333
2.4	Regime de bens na união estável .....	334
2.5	A possibilidade de utilização da teoria da desconsideração da personalidade jurídica nas questões atinentes ao regime de bens e o procedimento judicial previsto no Código de Processo Civil de 2015 .....	336
3.	A administração de bens e a prática dos atos de disposição.....	341
3.1	A prática de atos jurídicos pelas pessoas casadas.....	341
3.2	Atos que independem do consentimento do consorte.....	342
3.3	A proteção dos terceiros de boa-fé.....	345
3.4	Atos que dependem do consentimento do cônjuge.....	346
3.4.1	A exigência de consentimento para determinados atos .....	346
3.4.2	(In)aplicabilidade da exigência de outorga do companheiro na união estável.....	350
3.4.3	Inaplicabilidade às pessoas casadas em regime de separação absoluta de bens ....	352
3.4.4	Possibilidade de suprimento judicial do consentimento.....	353
3.4.5	A anulabilidade do ato praticado sem autorização do cônjuge e a impossibilidade de abuso do direito (a incidência do <i>venire contra factum proprium</i> – proibição de comportamento contraditório).....	354
3.4.6	Impossibilidade de gestão patrimonial por um dos consortes.....	358
4.	O pacto antenupcial .....	358

4.1	Noções conceituais, natureza jurídica e conteúdo .....	358
4.2	Formalidades essenciais e o registro em cartório de imóveis.....	363
4.3	Pacto antenupcial celebrado por nubentes menores de idade.....	364
4.4	Permissivo de dispensa de outorga do cônjuge no regime de participação final nos aquestos.....	365
4.5	Possibilidade de cláusula de acordo de procedimento (negócio jurídico processual atípico) no pacto antenupcial.....	366
5.	Os diferentes regimes de bens .....	367
5.1	Generalidades .....	367
5.2	O regime de comunhão parcial de bens.....	368
5.3	O regime de comunhão universal de bens .....	380
5.4	O regime de separação convencional ou absoluta de bens.....	384
5.5	O regime de participação final nos aquestos.....	390
<b>Capítulo IV ► A Dissolução do Casamento (O Divórcio) .....</b>		<b>395</b>
1.	Uma compreensão constitucional da dissolução do casamento: o direito de não permanecer casado .....	396
2.	A dissolução do casamento .....	400
2.1	Escoço histórico evolutivo da dissolução do casamento .....	400
2.2	Os antecedentes da Emenda Constitucional nº 66/10.....	401
2.3	O sistema de dissolução do casamento: unitário ou dualista?.....	403
2.4	Questões intertemporais relativas à eliminação da separação do sistema jurídico brasileiro .....	406
2.5	A separação de corpos como medida jurídica possível e a possibilidade de mandado de distanciamento.....	407
2.6	A importância da separação de fato como um instrumento idôneo para cessar efeitos jurídicos do casamento (teoria da primazia da realidade afetiva).....	411
2.7	A dissolução do casamento pela morte .....	414
2.8	A morte presumida como causa dissolutória do casamento .....	416
3.	O divórcio.....	418
3.1	O divórcio em perspectiva histórica e em leitura civil-constitucional .....	418
3.2	Noções conceituais .....	421
3.3	Requisito constitucional único para o divórcio.....	423
3.4	Objeto cognitivo da ação de divórcio e a possibilidade de resolução parcial do mérito da causa (art. 356 do Código de Processo Civil de 2015).....	424
3.5	Superação do regime diferenciado do divórcio .....	427
3.6	O divórcio litigioso e o divórcio consensual .....	428
3.7	O divórcio consensual.....	428
3.7.1	Generalidades .....	428
3.7.2	O divórcio consensual em juízo.....	429
3.7.3	O divórcio consensual por escritura pública (o divórcio administrativo).....	434
3.8	O divórcio litigioso .....	438
4.	Características (materiais e processuais) do divórcio (aplicáveis também à separação).....	441
5.	Situações patrimoniais controvertidas no divórcio .....	455
5.1	A possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica no divórcio e o procedimento especial estabelecido pelo Código de Processo Civil de 2015 .....	455
5.2	Outras controvérsias patrimoniais relevantes .....	461

<b>Capítulo V ► A União Estável (A Família Convivencial) .....</b>	<b>469</b>
1. Uma mirada civil-constitucional sobre a união estável.....	470
2. Escorço histórico: a união estável na lente da jurisprudência brasileira .....	475
3. A união estável, o concubinato e a sociedade de fato: distinções necessárias .....	481
3.1 A união livre e a sociedade de fato .....	481
3.2 O concubinato, o seu tratamento jurídico e as vedações do sistema legal: inadmissibilidade de simultaneidade de núcleos familiares pelo sistema jurídico.....	482
3.3 A união estável .....	487
3.4 O poliamorismo e a possibilidade de caracterização de uma união estável putativa.....	489
4. Elementos caracterizadores da união estável .....	491
4.1 Noções gerais.....	491
4.2 <i>O intuitu familiae</i> (ânimo de constituir uma família) .....	492
4.3 A questão da dualidade de sexos e as uniões de pessoas do mesmo sexo (as uniões homoafetivas) .....	495
4.4 A estabilidade .....	497
4.5 A continuidade .....	498
4.6 A publicidade.....	499
4.7 A ausência de impedimentos matrimoniais e não incidência das causas suspensivas .....	500
4.8 A união estável putativa e a possibilidade excepcional de simultaneidade de núcleos familiares.....	501
5. Efeitos pessoais da união estável.....	505
5.1 As relações pessoais entre os companheiros.....	505
5.2 Os deveres recíprocos entre os companheiros e a dispensa da coabitação .....	507
5.3 Direito ao uso do sobrenome do companheiro .....	510
5.4 Estabelecimento de vínculo de parentesco por afinidade.....	511
5.5 Adoção por companheiros em união estável.....	511
5.6 Exercício da curatela pelo companheiro na ação de interdição e na ação declaratória de ausência.....	513
5.7 Sub-rogação e retomada na locação de imóvel urbano .....	513
5.8 A questão da indenização por descumprimento dos deveres pessoais entre os companheiros (a responsabilidade civil na união estável).....	515
5.9 Enquadramento como herdeiro necessário .....	516
5.10 Impedimento para testemunhar .....	517
6. Efeitos patrimoniais.....	517
6.1 As consequências econômicas da união estável.....	517
6.2 O regime de bens e o direito à meação .....	518
6.3 O contrato de convivência na união estável e seus efeitos .....	526
6.3.1 Contornos gerais do contrato de convivência .....	526
6.3.2 A celebração do contrato de convivência e a sua modificabilidade.....	527
6.3.3 Eficácia do pacto convivencial .....	528
6.3.4 Conteúdo.....	529
6.3.5 O contrato de namoro e os seus efeitos sobre a união estável.....	531
6.3.6 O contrato de convivência e os companheiros sócios.....	532
6.4 Alimentos na união estável.....	533
6.5 A sucessão entre os companheiros .....	535

6.6	O direito real de habitação .....	537
6.7	Direito aos benefícios previdenciários .....	539
6.8	Direito à inventariança.....	539
6.9	Efeitos tributários.....	540
6.10	Impenhorabilidade do bem de família .....	540
7.	Conversão da união estável em casamento .....	541
8.	Aspectos processuais da união estável .....	543
8.1	A competência da vara de família para processar e julgar ações atinentes à união estável....	543
8.2	Segredo de justiça, revelia e inexistência de foro privilegiado em favor da companheira pela simples condição de mulher .....	544
8.3	Intervenção do Ministério Público.....	547
9.	Ações típicas da união estável.....	547
9.1	Generalidades .....	547
9.2	Reconhecimento e dissolução de união estável .....	548
9.3	Ação de petição de herança.....	549
9.4	Ações possessórias.....	549
9.5	Alimentos.....	550
9.6	Embargos de terceiros.....	551
10.	União estável, direito intertemporal e a aquisição de bens em diferentes momentos.....	551

## **Capítulo VI ► A parentalidade..... 555**

1.	O parentesco na perspectiva civil-constitucional.....	555
2.	As estruturas elementares da parentalidade .....	559
2.1	Prolegômenos.....	559
2.2	Noções conceituais sobre a parentalidade.....	561
2.3	O vínculo parental: linhas e graus.....	563
2.4	Efeitos jurídicos decorrentes da parentalidade.....	566
3.	As espécies de parentalidade.....	568
3.1	Espécies de parentalidade .....	568
3.2	O parentesco por afinidade.....	571
3.3	O parentesco e a obrigação alimentar .....	576

## **Capítulo VII ► A Filiação e o Reconhecimento de Filhos ..... 581**

1.	A filiação à luz de uma interpretação conforme a Constituição .....	582
2.	Noções elementares sobre a filiação.....	585
2.1	Noções conceituais sobre a filiação.....	585
2.2	Breve referência histórica sobre a filiação: um histórico de desigualdades .....	588
2.3	A prova da filiação e a admissibilidade da posse do estado de filho.....	590
2.4	A filiação decorrente de gestação em útero alheio (“barriga de aluguel” ou gestação por substituição) .....	595
2.5	A questão da responsabilidade civil na filiação.....	599
2.6	O parto anônimo (roda dos enjeitados) e a questão filiatória.....	606
2.7	A filiação e o planejamento familiar garantido constitucionalmente e o direito ao bebê salvador/medicamento .....	612

3.	Crítérios determinantes da filiação .....	615
3.1	Generalidades .....	615
3.2	Crítério da presunção legal (a presunção <i>pater is est</i> ) .....	616
3.2.1	O significado e o alcance da presunção <i>pater is est</i> .....	616
3.2.2	A efetiva incidência da presunção de paternidade na união estável como mecanismo de garantia da igualdade entre os filhos.....	618
3.2.3	Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação natural (mecanismo sexual) .....	621
3.2.4	Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação assistida .....	623
3.2.5	A possibilidade de negar a filiação presumida por lei (ação negatória de paternidade ou maternidade) .....	633
3.3	Crítério biológico (exame DNA) .....	637
3.4	Crítério afetivo (a filiação socioafetiva) .....	640
3.5	A multiparentalidade ou pluriparentalidade (teoria tridimensional aplicada à filiação) .....	647
3.6	A coparentalidade e os seus efeitos jurídicos.....	652
4.	O reconhecimento de filhos .....	654
4.1	Breve esboço histórico sobre o reconhecimento de um filho .....	654
4.2	Noções gerais sobre o reconhecimento de filhos.....	655
4.3	O reconhecimento voluntário de filhos .....	656
4.4	O procedimento (administrativo) de averiguação oficiosa .....	664
4.5	O reconhecimento forçado de filhos (a ação de investigação de parentalidade).....	666
4.5.1	Noções gerais.....	666
4.5.2	A investigação de parentalidade (e não somente de paternidade).....	667
4.5.3	A investigação de parentalidade e a investigação de origem genética (investigação de origem ancestral): distinções relevantes .....	667
4.5.4	Possibilidade de uso das ações relativas ao estado filiatório pelos filhos e pelos pais.....	671
4.5.5	Impossibilidade de limitação das hipóteses de admissibilidade (fundamentos da ação) e o cabimento da investigação de parentalidade socioafetiva .....	673
4.5.6	Natureza jurídica das ações filiatórias .....	675
4.5.7	Imprescritibilidade .....	675
4.5.8	Possibilidade de cumulação com outros pedidos .....	676
4.5.9	Legitimidade ativa.....	677
4.5.10	Legitimidade passiva.....	684
4.5.11	Litisconsórcio.....	686
4.5.12	Intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica ( <i>custos juris</i> ).....	687
4.5.13	Competência .....	688
4.5.14	A resposta do réu e a <i>exceptio plurium concubentium</i> .....	689
4.5.15	A revelia nas ações investigatórias e os seus efeitos .....	690
4.5.16	A prova nas ações investigatórias de parentalidade .....	691
4.5.17	A sentença nas ações filiatórias, a fixação de alimentos e o registro do sobrenome de família .....	700
4.5.18	Recursos e os seus efeitos.....	702
4.5.19	A desistência nas ações investigatórias de parentalidade .....	705
4.5.20	A coisa julgada nas ações filiatórias.....	706

<b>Capítulo VIII ► A Guarda de Filhos .....</b>	<b>709</b>
1. A guarda de filhos em visão conforme a Constituição .....	710
2. O regime dualista da guarda no sistema jurídico brasileiro.....	711
3. A guarda de filhos e o melhor interesse da criança ou adolescente.....	715
4. A guarda de filhos no Código Civil: unilateral e compartilhada.....	717
5. A guarda compartilhada .....	723
5.1 Noções gerais sobre a guarda compartilhada.....	723
5.2 Critérios para o compartilhamento da guarda.....	725
5.3 Guarda compartilhada coativa? .....	727
5.4 Separando o joio do trigo: distinções relevantes entre a guarda compartilhada e a guarda alternada e suas possibilidades.....	729
5.5 A possibilidade de compartilhamento da guarda nas demandas litigiosas: da normatividade expressa para além do texto codificado.....	731
5.6 Guarda compartilhada com pais residindo em locais diferentes.....	735
5.7 Guarda compartilhada, pluriparentalidade e fixação entre diferentes parentes.....	736
5.8 Guarda compartilhada como medida de prevenção à alienação parental.....	738
5.9 Guarda compartilhada e risco de violência doméstica ou familiar.....	738
6. A guarda e a possibilidade de mudança de domicílio do guardião.....	740
7. O apadrinhamento de criança e adolescente como mecanismo de inclusão social, prioridade absoluta e proteção integral e a sua distinção com a guarda .....	742
 <b>Capítulo IX ► Os Alimentos.....</b>	 <b>747</b>
1. Os alimentos na visão civil-constitucional .....	748
1.1 Os alimentos na perspectiva do direito civil-constitucional: instrumento de afirmação da dignidade da pessoa humana .....	748
1.2 Os alimentos como expressão do princípio constitucional da solidariedade e do direito social à alimentação .....	749
2. Noções gerais sobre os alimentos.....	752
2.1 Noções conceituais e natureza jurídica.....	752
2.2 Características .....	754
2.2.1 Generalidades.....	754
2.2.2 Caráter personalíssimo .....	755
2.2.3 Irrenunciabilidade .....	755
2.2.4 Atualidade.....	758
2.2.5 Futuridade.....	759
2.2.6 Imprescritibilidade .....	759
2.2.7 (In)Transmissibilidade .....	760
2.2.8 A não solidariedade da obrigação alimentícia e a possibilidade de convocação dos demais coobrigados (CC, art. 1.698).....	764
2.2.9 Irrepetibilidade e o descabimento da suspensão automática do pensionamento.....	771
2.2.10 Incompensabilidade .....	773
2.2.11 Impenhorabilidade .....	774
2.3 Dever e obrigação alimentar: um bosquejo distintivo .....	776
2.4 Sujeito ativo e sujeito passivo dos alimentos.....	777
2.4.1 Noções gerais sobre os sujeitos da obrigação alimentar.....	777

2.4.2	Alimentos entre cônjuges .....	777
2.4.3	Alimentos decorrentes do parentesco .....	788
2.5	Fixação do <i>quantum</i> alimentício (o trinômio necessidade de quem recebe × capacidade contributiva de quem paga × proporcionalidade).....	811
2.6	A indignidade do alimentando (credor) e os seus possíveis efeitos jurídicos .....	813
3.	Espécies de alimentos (classificação dos alimentos).....	815
3.1	Generalidades .....	815
3.2	Quanto à origem: legítimos, voluntários e ressarcitórios.....	815
3.3	Quanto à natureza: civis e naturais (para a subsistência) .....	817
3.4	Quanto ao momento procedimental para a sua concessão: provisórios e definitivos .....	818
3.5	Alimentos transitórios.....	820
4.	Aspectos processuais dos alimentos.....	822
4.1	Noções gerais sobre as características procedimentais dos alimentos.....	822
4.2	Competência para processar e julgar a ação de alimentos.....	822
4.3	A legitimidade para as ações relacionadas aos alimentos, inclusive do Ministério Público.....	824
4.4	O procedimento na ação de alimentos.....	826
4.4.1	Petição inicial .....	826
4.4.2	Despacho liminar e os alimentos provisórios.....	827
4.4.3	A citação do réu e os seus efeitos.....	828
4.4.4	Audiência única de conciliação, instrução e julgamento.....	828
4.4.5	Intervenção do Ministério Público como <i>custos juris</i> (fiscal da ordem jurídica).....	830
4.4.6	A sentença e o cálculo do valor da pensão alimentícia .....	832
4.4.7	A possibilidade de fixação de alimentos com base na teoria da aparência (sinais externos de riqueza).....	836
4.4.8	Recurso cabível.....	837
4.4.9	A coisa julgada na ação de alimentos .....	838
4.5	A possibilidade de revisão dos alimentos e o âmbito de cabimento da ação revisional.....	839
4.6	A ação de oferta de alimentos .....	841
4.7	A ação de exoneração de alimentos e as suas peculiaridades procedimentais.....	843
4.8	Os alimentos internacionais .....	846
4.9	A aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica ( <i>disregard doctrine</i> ) no âmbito alimentício e o procedimento especial previsto no Código de Processo Civil de 2015 .....	847
5.	A execução dos alimentos.....	853
5.1	A efetivação dos alimentos e as idiossincrasias da sua execução: medidas disponibilizadas para a efetivação da obrigação alimentar.....	853
5.2	Execução de alimentos decorrentes de título extrajudicial e as múltiplas técnicas disponibilizadas ao credor .....	856
5.3	Execução de alimentos decorrentes de título judicial (cumprimento de decisão judicial que arbitrou alimentos): a variabilidade e a cumulabilidade de técnicas executivas.....	859
5.4	A prisão civil do devedor de alimentos .....	865
5.5	A questão da execução dos alimentos pretéritos na visão clássica jurisprudencial e doutrinária e à luz da técnica de ponderação de interesses constitucionais.....	868
6.	A prestação de contas em alimentos.....	870
7.	A ação de reembolso e o seu amplo espectro de cabimento.....	874



8. A impossibilidade de alegação da teoria do adimplemento substancial (*substancial performance*) nas obrigações alimentícias..... 877
9. O abuso do direito e os alimentos e a possibilidade de aplicação das figuras do *venire contra factum proprium* e *supsessio/surrectio* ..... 878

## **Capítulo X ► O Bem de Família..... 883**

1. O bem de família como consequência da teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana (direito constitucional ao mínimo existencial) ..... 884
2. O bem de família no direito brasileiro ..... 888
- 2.1 A dualidade de regimes ..... 888
- 2.2 O valor da família e a proteção do imóvel do devedor sozinho ..... 889
- 2.3 Natureza jurídica do bem de família ..... 891
3. O bem de família convencional..... 891
- 3.1 Noções conceituais ..... 891
- 3.2 Extensão da proteção ..... 892
- 3.3 Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família voluntário..... 894
- 3.4 Legitimação para a instituição do bem de família convencional ..... 894
- 3.5 Duração ..... 895
- 3.6 A questão da solvência do instituidor..... 895
- 3.7 O Ministério Público e o bem de família ..... 896
4. O bem de família legal..... 896
- 4.1 Noções conceituais e a proteção do imóvel de menor valor se o devedor titularizar mais de um bem residencial ..... 896
- 4.2 Alargamento do objeto..... 898
- 4.3 Constitucionalidade do regime legal do bem de família..... 902
- 4.4 Característica do bem de família legal ..... 903
- 4.5 A extensão da impenhorabilidade somente aos bens de valor médio necessários a uma vida digna. A (im)possibilidade de penhora do imóvel único de elevado valor ..... 903
- 4.6 Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família legal..... 909
- 4.7 Retroatividade..... 917
- 4.8 Ampla compreensão do núcleo familiar e a (des)necessidade de fixação de residência efetiva..... 917
- 4.9 Alegação no processo e oferta voluntária de bem de família à penhora pelo devedor ..... 919
5. Redefinindo o bem de família legal: o bem da pessoa humana como expressão de seu patrimônio mínimo, inclusive o bem de família da pessoa humana sozinha..... 921

## **Capítulo XI ► A Tutela e a Curatela dos Interditos (Institutos Protetivos Complementares da Família)..... 925**

1. Institutos protetivos da família na ótica civil-constitucional ..... 926
2. A tutela..... 927
- 2.1 A tutela como instrumento de concretização da proteção integral constitucionalmente dedicada à criança e ao adolescente (e estendida ao jovem, pela Emenda Constitucional nº 65/10)..... 927
- 2.2 Noções conceituais sobre a tutela à luz dos valores constitucionais infantojuvenis ..... 929

2.3	Modalidades de tutela.....	931
2.4	Manifestação de vontade do tutelado.....	935
2.5	Incapacidade para a tutela.....	935
2.6	Escusa dos tutores.....	937
2.7	Garantia da tutela.....	939
2.8	O protutor.....	941
2.9	Ação de nomeação de tutor.....	942
2.10	Exercício da tutela.....	946
2.10.1	Generalidades.....	946
2.10.2	O exercício da tutela em relação à pessoa do tutelado.....	947
2.10.3	O exercício da tutela em relação ao patrimônio do tutelado.....	948
2.11	Responsabilidade judicial na tutela.....	950
2.12	Responsabilidade do tutor pelo dano causado pelo tutelado (responsabilidade pelo fato de terceiro).....	951
2.13	Prestação de contas.....	952
2.14	Extinção da tutela.....	954
3.	A curatela.....	956
3.1	A personalidade e a capacidade jurídica.....	956
3.2	Noções gerais sobre a capacidade jurídica.....	958
3.3	A distinção entre a capacidade jurídica e a legitimação.....	959
3.4	A capacidade de direito e a capacidade de fato.....	960
3.5	A nova teoria das incapacidades à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão).....	961
3.6	O tratamento jurídico dedicado à pessoa com deficiência pelo Direito Civil.....	967
3.7	Hipóteses de incapacidades (à luz da Lei Brasileira de Inclusão).....	973
3.8	As pessoas com deficiência que podem exprimir vontade e o procedimento especial de Tomada de Decisão Apoiada (TDA).....	981
3.9	A situação jurídica das pessoas com deficiência que foram interditas, sob o regime anterior, mas podem exprimir vontade (aplicação temporal da Lei Brasileira de Inclusão).....	988
3.10	Críticas (justas) à teoria das incapacidades.....	989
3.11	O reconhecimento das incapacidades e a ação de curatela.....	992
3.11.1	As incapacidades e a proteção da dignidade humana do interditando (a curatela em visão civil-constitucional).....	992
3.11.2	A extensão da curatela e os seus exclusivos limites patrimoniais e negociais (impossibilidade de curatela situações existenciais).....	995
3.11.3	A ação de curatela.....	998
3.12	A validade dos atos praticados pelo incapaz antes da decisão de curatela.....	1017
3.13	Crítica ao sistema de incapacidades do Código Civil: uma nova perspectiva.....	1018
3.14	A curatela especial do nascituro.....	1019
<b>Capítulo XII ► A Adoção e o seu Regime Jurídico .....</b>		<b>1021</b>
1.	Uma visão constitucional da adoção.....	1022
2.	Generalidades sobre a adoção.....	1024
2.1	Noções conceituais.....	1024
2.2	Dualidade de sistemas jurídicos.....	1026

2.3	A relevância do consentimento e hipóteses de dispensa .....	1029
2.4	O estágio de convivência .....	1033
2.5	Legitimidade para a adoção.....	1034
2.6	A adoção unilateral e a adoção por duas pessoas.....	1038
2.7	A adoção pelo par homoafetivo .....	1041
2.8	A adoção “à brasileira” .....	1044
2.9	(Im)Possibilidade da adoção de nascituro e de embriões .....	1045
2.10	A adoção póstuma.....	1046
2.11	O direito ao parto anônimo (parto em sigilo) e a sua correlação com a adoção.....	1050
2.12	Efeitos jurídicos da adoção .....	1052
2.13	A possibilidade de mudança de nome na adoção .....	1054
2.14	O desligamento do núcleo familiar: a irrevogabilidade e irretratabilidade da adoção e a possibilidade excepcional de derrotabilidade da regra legal.....	1055
3.	Aspectos processuais da adoção .....	1058
3.1	Generalidades: o procedimento judicial de adoção .....	1058
3.2	Competência .....	1060
3.3	A atuação do Ministério Público.....	1061
3.4	O cadastro, o procedimento de habilitação dos pretendentes à adoção e a excepcionalidade da adoção <i>intuitu personae</i> .....	1062
3.5	A sentença no procedimento de adoção .....	1066
3.6	O sistema recursal da ação de adoção e a possibilidade de juízo de retratação .....	1067
4.	A possibilidade de apadrinhamento de criança e adolescente em programa de acolhimento familiar ou institucional.....	1068
5.	A sistemática da adoção internacional.....	1071
	<b>Bibliografia .....</b>	<b>1073</b>

Cristiano Chaves de Farias  
Nelson Rosenvald

# Curso de **DIREITO** **CIVIL**

**10<sup>a</sup>**  
Edição

REVISTA  
ATUALIZADA  
AMPLIADA

Sucessões

**7**

**2024**



**EDITORA**  
*Jus*PODIVM

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

# Sumário

<b>Apresentação .....</b>	<b>21</b>
<b>Prefácio .....</b>	<b>23</b>
<b>Capítulo I ► Introdução ao Direito das Sucessões .....</b>	<b>25</b>
1. A sucessão enquanto fenômeno jurídico.....	26
2. Objeto da sucessão hereditária ( <i>causa mortis</i> ): a transmissão patrimonial .....	28
2.1. A transmissão das relações jurídicas patrimoniais em razão da morte do titular e a não transmissão das relações personalíssimas .....	28
2.2. Exceções à regra geral da transmissibilidade das relações patrimoniais .....	30
2.3. A questão da (in)transmissibilidade dos alimentos no campo sucessório .....	34
2.4. A situação especial das obrigações propter rem .....	37
2.5. Contas bancárias conjuntas .....	38
2.6. Seguro de vida .....	39
2.7. A herança digital: a interessante transmissão dos bens digitais .....	40
2.8. As milhas aéreas, as pontuações de programas de fidelidade e a sucessão do titular .....	44
3. O direito das sucessões .....	46
3.1. O Direito Civil entrecortado pela norma constitucional: a dignidade humana como motor de impulsão da ordem jurídica .....	46
3.2. A sucessão na perspectiva constitucional .....	47
3.3. O Direito das Sucessões na perspectiva de inclusão e garantismo do Direito das Famílias e um histórico desalinhamento entre as relações familiares e sucessórias.....	48
3.4. Noções conceituais sobre o Direito das Sucessões a partir da propalada bipartição das normas jurídicas (normas-regras e normas-princípios).....	50
3.5. A função social da sucessão.....	52
3.6. Fundamentos justificadores do Direito das Sucessões .....	54
3.7. Conteúdo do Direito das Sucessões .....	56
4. Terminologias essenciais.....	57
4.1. Autor da herança ou de <i>cujus</i> .....	57
4.2. Sucessor: herdeiro ou legatário .....	58
4.3. Herdeiro legítimo (necessário ou facultativo) e herdeiro testamentário.....	59
4.4. A legítima (garantia mínima reservada aos herdeiros necessários) em uma necessária visão crítica .....	63
4.4.1. Noções gerais sobre a legítima.....	63
4.4.2. Fundamentação da legítima e os seus diferentes tratamentos jurídicos.....	64
4.4.3. Cálculo da legítima.....	67
4.4.4. Proposições para a mitigação da legítima através da técnica de derrotabilidade das normas-regras .....	68
4.4.5. A preservação da legítima e a doação inoficiosa.....	72
4.4.6. A possibilidade de renúncia antecipada à legítima em contratos de casamento ou união estável .....	75

4.5. Herdeiro universal .....	76
4.6. Herança e espólio .....	77
4.7. Herança e meação.....	79
4.8. Herança e a aceitação com benefício de inventário .....	80
4.9. Inventário e partilha .....	81
5. A desconsideração da personalidade jurídica no direito das sucessões .....	83
6. O planejamento sucessório .....	88

## **Capítulo II ► Elementos genéricos do Direito das Sucessões (a sucessão em geral) ..... 97**

1. Linhas gerais sobre a morte .....	98
1.1. Prolegômenos sobre os efeitos jurídicos decorrentes da morte .....	98
1.2. A morte real como regra geral do sistema jurídico brasileiro .....	100
1.3. A morte real sem cadáver (a morte presumida sem a declaração de ausência) .....	102
1.4. O direito à morte digna e o testamento vital (diretivas antecipadas ou <i>living will</i> ) .....	105
1.5. A comoriência .....	112
1.6. A ausência como presunção de morte e a sua declaração judicial .....	115
2. A transmissão automática da herança (abertura da sucessão).....	122
2.1. A abertura da sucessão .....	122
2.2. Outros efeitos decorrentes da transmissão automática ( <i>saisine</i> ) .....	128
2.2.1. Generalidades.....	128
2.2.2. Fixação da norma material sucessória.....	128
2.2.3. Verificação da legitimação sucessória.....	131
2.2.4. O cálculo da legítima .....	132
2.3. O lugar da sucessão e as regras de competência para processar e julgar o inventário e a incidência da norma sucessória mais favorável ao herdeiro brasileiro .....	136
3. A ordem de vocação hereditária e a legitimação para suceder .....	142
3.1. Prolegômenos sobre a legitimação sucessória.....	142
3.2. Momento para a aferição da legitimação sucessória.....	144
3.3. A legitimação para suceder no Código Civil e a tutela sucessória do nascituro e do embrião laboratorial.....	145
3.4. Legitimação para suceder por testamento.....	151
3.5. A falta de legitimação para a sucessão testamentária .....	155
4. A indignidade e a deserdação.....	163
4.1. Noções gerais e lineamento histórico sobre a indignidade e a deserdação .....	163
4.2. Natureza jurídica da indignidade e da deserdação .....	164
4.3. A questão do reconhecimento judicial .....	166
4.4. Efeitos jurídicos decorrentes do reconhecimento da indignidade e da deserdação.....	168
4.5. O indigno ou deserdado como um herdeiro aparente e a proteção de terceiros de boa-fé .....	171
4.6. A indignidade .....	172
4.6.1. Generalidades .....	172
4.6.2. Pontos de afinidade entre a indignidade e a deserdação .....	174
4.6.3. Distinção comparativa entre indignidade e deserdação.....	175

4.6.4. A (não) taxatividade das hipóteses de indignidade previstas em lei (CC, art. 1.814): a questão da interpretação restritiva das hipóteses de indignidade e a tese da tipicidade finalística .....	176
4.6.5. Hipóteses de cabimento .....	182
4.6.6. Reabilitação do indigno (perdão do ofendido) .....	189
4.7. A deserdação .....	193
4.7.1. Noções gerais .....	193
4.7.2. Alcance subjetivo da deserdação: os herdeiros necessários.....	195
4.7.3. Pressupostos da deserdação.....	200
4.7.4. Causas deserdativas dos herdeiros necessários .....	204
4.7.5. A deserdação <i>bona mente</i> ( <i>pro bono</i> ).....	211
4.7.6. O perdão do ofendido (reabilitação do deserdado).....	213
5. A cessão de direitos hereditários (cessão de herança) .....	213
5.1. Noções conceituais sobre a cessão de direitos hereditários.....	213
5.2. Direito de preferência ou prelação (preempção) e o procedimento da ação de preferência.....	215
5.3. Requisitos para a cessão de direitos hereditários.....	225
5.4. Extensão das responsabilidades do cedente e do cessionário.....	229
5.5. Efeitos da cessão de direitos hereditários .....	231
6. A aceitação da herança .....	232
6.1. Breve esboço histórico.....	232
6.2. Noções conceituais .....	233
6.3. Aceitação da herança com benefício de inventário .....	235
6.4. Natureza jurídica da aceitação e as suas características (irrevogabilidade e irretroatividade) .....	236
6.5. Integralidade da aceitação .....	239
6.6. Formas de aceitação da herança.....	240
6.7. Direito de deliberar sobre a aceitação da herança .....	242
7. A renúncia da herança.....	245
7.1. Generalidades e noções conceituais .....	245
7.2. Requisitos da renúncia da herança .....	247
7.3. Efeitos da renúncia da herança.....	251
7.4. Natureza jurídica e características (a irrevogabilidade e anulabilidade da renúncia).....	254
7.5. Impossibilidade de prejuízo aos credores do renunciante (limitações à liberdade de renunciar) .....	255
7.6. Descaracterização da renúncia (inadmissibilidade de renúncia translativa) .....	259
8. A petição de herança .....	260
8.1. Noções gerais sobre a petição de herança.....	260
8.2. Natureza jurídica da ação de petição de herança .....	263
8.3. Legitimados para a ação de petição de herança .....	265
8.4. O objeto da petição de herança.....	267
8.5. A prescritibilidade da pretensão de petição de herança.....	268
8.6. Efeitos da petição de herança .....	274
8.7. A petição de herança e o herdeiro aparente.....	276

**Capítulo III ► A sucessão legítima (a sucessão operada por força de lei) ..... 281**

1. Noções gerais e históricas sobre a sucessão legítima.....	282
2. A ordem de vocação hereditária como referência da sucessão legítima.....	286
3. A herança jacente e a herança vacante.....	295
3.1. Generalidades: a sucessão sem herdeiro legítimo ou instituído (testamentário) .....	295
3.2. A herança jacente .....	297
3.3. A herança vacante.....	298
3.4. Abertura simplificada da vacância .....	301
3.5. Direito de cobrança de créditos .....	301
4. A sucessão por direito próprio (por cabeça) e a sucessão por representação (por estirpe) .....	302
4.1. Noções gerais sobre a sucessão por direito próprio e a sucessão por representação .....	302
4.2. Fundamentos da sucessão por representação .....	304
4.3. Campo de aplicação da sucessão por representação.....	304
4.4. Linhas de incidência da sucessão por representação.....	306
4.5. Uma proposta interpretativa: sucessão por representação em caso de comoriência entre pais e filhos.....	308
4.6. Pressupostos para a sucessão por representação .....	309
4.7. Efeitos da sucessão por representação .....	311
5. A sucessão dos descendentes.....	312
5.1. Generalidades sobre a sucessão dos descendentes .....	312
5.2. Regras fundamentais norteadoras da sucessão dos descendentes.....	313
5.3. A sucessão dos descendentes e a tese da pluripaternidade .....	317
6. A sucessão dos ascendentes.....	319
7. A sucessão do cônjuge.....	323
7.1. Generalidades sobre a sucessão do cônjuge.....	323
7.2. A sucessão do cônjuge na sistemática do Código Civil .....	327
7.3. A exclusão sucessória do cônjuge na hipótese de separação de fato, independentemente de lapso temporal.....	330
7.4. A suposta (e inexistente) concorrência sucessória entre o cônjuge sobrevivente e o companheiro supérstite.....	333
7.5. A concorrência do cônjuge ou companheiro com os descendentes do autor da herança ....	334
7.5.1. Fundamentos da concorrência entre o cônjuge ou companheiro e os descendentes .....	334
7.5.2. A correlação entre a concorrência sucessória do cônjuge ou companheiro e dos descendentes e o regime de bens do casamento do falecido (hipóteses de exclusão do direito à herança).....	335
7.5.3. A ilógica concorrência do cônjuge ou companheiro em regime de separação absoluta de bens com os descendentes do falecido.....	340
7.5.4. Base de cálculo do direito hereditário do cônjuge ou companheiro na concorrência com os descendentes .....	348
7.5.5. Percentual sucessório cabível ao cônjuge ou companheiro na concorrência com os descendentes.....	350
7.6. A concorrência do cônjuge ou companheiro com os ascendentes do autor da herança	352
7.7. O cônjuge ou companheiro como herdeiro universal (sucessão do cônjuge sem concorrência) .....	355
7.8. O direito real de habitação do cônjuge ou companheiro .....	357



8. A sucessão do companheiro.....	364
8.1. Breve esboço evolutivo da união estável: vencendo um histórico de desigualdades .....	364
8.2. A necessidade de compreensão da norma sucessória da união estável em conformidade com a arquitetura constitucional da matéria .....	367
8.3. O sistema sucessório da união estável na redação originária do Código Civil.....	370
8.4. O reconhecimento da inconstitucionalidade do sistema sucessório do companheiro e a aplicação das regras hereditárias do cônjuge .....	372
8.5. Críticas (merecidas) ao sistema sucessório do casamento e da união estável consagrado pelo Supremo Tribunal Federal .....	377
8.6. Necessidade de prova da qualidade de companheiro para a reclamação de direitos sucessórios.....	379
8.7. Inexistência de concorrência entre o companheiro e os colaterais.....	380
8.8. O caráter residual da herança jacente e vacante e a não concorrência entre o companheiro e a Fazenda Pública.....	381
8.9. O direito real de habitação do companheiro sobrevivente .....	383
8.10. O concubinato, a união estável putativa e a (in)existência de direito sucessório .....	385
8.11. Regra de transição para a aplicação do sistema sucessório do casamento na união estável.....	389
9. A sucessão dos colaterais.....	392

#### **Capítulo IV ► A sucessão testamentária (a sucessão de acordo com a vontade do titular do patrimônio)..... 397**

1. Lineamentos sobre o testamento.....	398
1.1. Breve esboço evolutivo .....	398
1.2. A pouca utilização prática da sucessão testamentária.....	401
1.3. A liberdade de dispor sob a perspectiva civil-constitucional e a (im)possibilidade de renúncia antecipada à herança.....	403
2. Noções conceituais, objeto e características do testamento.....	405
2.1. Noções conceituais sobre o testamento .....	405
2.2. O objeto do testamento e as possibilidades de outras disposições de vontade .....	407
2.3. A função promocional do testamento (possibilidade de disposições existenciais em testamento): atos de disposição do próprio corpo, disposições de carga genética e manifestações literárias biográficas post mortem.....	408
2.4. A natureza não testamentária do testamento vital ( <i>living will</i> ou diretivas antecipadas) ....	412
2.5. Características fundamentais do testamento .....	415
2.6. A proibição do pacto sucessório .....	420
3. Capacidade testamentária .....	422
3.1. Lineamentos gerais.....	422
3.2. A capacidade testamentária ativa (legitimação para testar).....	423
3.3. Momento de verificação da capacidade testamentária ativa .....	429
3.4. A capacidade testamentária passiva (a legitimação para suceder) .....	430
3.5. Prazos especiais para a impugnação do testamento e das cláusulas testamentárias (regras testamentárias distintas da teoria geral dos negócios jurídicos) .....	430
4. As diferentes formas testamentárias .....	433
4.1. Referências gerais e a necessidade de aproveitamento da vontade, com eventual mitigação das formalidades testamentárias .....	433
4.2. O testamento elaborado por meio eletrônico .....	437

4.3. As testemunhas testamentárias .....	438
4.4. Testamento público .....	441
4.5. Testamento cerrado, secreto ou místico.....	446
4.6. Testamento particular ou holografo (inteiramente escrito pelo testador) .....	450
4.7. Testamentos especiais: marítimo/aeronáutico .....	454
4.8. Testamentos especiais: militar .....	456
4.9. A exigência de prévia chancela judicial para o cumprimento de testamentos .....	458
4.10. A cláusula geral de possibilidade de celebração de negócio jurídico atípico pelos interessados com alteração do procedimento e a sua aplicação à facilitação da ação de cumprimento de testamento .....	461
4.11. A possibilidade de alteração do procedimento sucessório de cumprimento de testamento e de inventário .....	463
5. O codicilo.....	467
5.1. Prolegômenos .....	467
5.2. Noções conceituais .....	468
5.3. Objeto do codicilo.....	470
5.4. Revogação do codicilo .....	472
6. As cláusulas testamentárias.....	473
6.1. Introdução: as disposições testamentárias.....	473
6.2. A nulidade das cláusulas derogatórias .....	474
6.3. Cláusulas testamentárias submetidas aos elementos acidentais (condição, termo e encargo) .....	475
6.4. Interpretação das disposições testamentárias.....	480
6.5. Invalidez das disposições testamentárias .....	482
6.6. Nomeação por certo motivo.....	489
6.7. Cláusulas testamentárias restritivas .....	490
6.7.1. Generalidades .....	490
6.7.2. Extensão do poder de clausular do testador: a parte disponível e a legítima.....	493
6.7.3. Mitigação das cláusulas restritivas .....	498
6.7.4. Extensão temporal da cláusula restritiva.....	501
7. A redução das cláusulas testamentárias .....	502
8. O direito de acrescer.....	506
8.1. Lineamento da matéria.....	506
8.2. O direito de acrescer no campo sucessório .....	508
8.3. Condições exigidas para o direito de acrescer entre coerdeiros.....	510
8.4. Condições exigidas para o direito de acrescer entre colegatários .....	512
8.5. Direito de acrescer no legado de usufruto.....	513
9. O testamenteiro.....	514
9.1. Noções gerais .....	514
9.2. Funções do testamenteiro .....	516
9.3. Aceitação do encargo pelo testamenteiro .....	518
9.4. Remuneração do testamenteiro.....	519
10. A substituição testamentária .....	521
10.1. Prolegômenos sobre a possibilidade de substituição testamentária .....	521
10.2. Espécies de substituição testamentária previstas no direito brasileiro.....	522
10.3. A substituição vulgar ou ordinária .....	522

10.4. A substituição recíproca.....	524
10.5. A substituição fideicomissária.....	525
11. Invalidez, caducidade, revogação e rompimento do testamento.....	529
11.1. Noções gerais sobre a extinção do testamento.....	529
11.2. Extinção do testamento por invalidez.....	530
11.3. Caducidade do testamento.....	535
11.4. Revogação do testamento.....	536
11.5. Rompimento do testamento.....	539

## **Capítulo V ► Inventários e partilhas: aspectos materiais e processuais..... 543**

1. Noções gerais sobre o inventário .....	544
2. O procedimento de inventário.....	546
2.1. O procedimento contencioso de inventário.....	546
2.2. O inventário negativo.....	547
2.3. Os diferentes procedimentos de inventário (as técnicas procedimentais sucessórias).....	550
2.4. O procedimento tradicional de inventário .....	551
2.5. O arrolamento sumário.....	552
2.6. O arrolamento comum (ou arrolamento sumaríssimo) .....	555
2.7. O inventário extrajudicial (inventário em cartório).....	558
2.8. O alvará judicial .....	566
2.9. A partilha por ato entre vivos (a partilha em vida).....	569
3. Competência.....	572
4. Prazo de abertura.....	577
5. Legitimidade para a abertura do inventário.....	578
6. Valor da causa e custas processuais.....	582
7. O juízo universal do inventário e as questões que dispõem de prova documental .....	583
8. O inventariante .....	586
8.1. Noções gerais .....	586
8.2. A nomeação do inventariante.....	589
8.3. A inventariança e a representação do espólio.....	592
8.4. As atribuições .....	594
8.5. A remoção e a destituição do inventariante .....	597
9. O procedimento (comum) de inventário.....	600
9.1. Generalidades e a possibilidade de designação de audiência em nome da diretriz da consensualidade.....	600
9.2. Petição inicial .....	601
9.3. As primeiras declarações e as cientificações (citações e intimações) .....	602
9.4. Intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica ( <i>custos juris</i> ) .....	604
9.5. Impugnações.....	606
9.6. Avaliações e a possibilidade de produção antecipada de prova, prova emprestada e aplicação da teoria da carga dinâmica probatória .....	607
9.7. As últimas declarações e o recolhimento tributário.....	611
9.8. Pagamento das dívidas do falecido e a (im)possibilidade de cobrança de indenização por uso exclusivo de bem comum do espólio por um dos coerdeiros .....	615
9.9. Usucapião entre coerdeiros? E a gestão de negócios? .....	620

9.10. Sonegados .....	622
9.11. Colação e redução das doações inoficiosas .....	626
9.11.1. Generalidades .....	626
9.11.2. Alcance subjetivo da colação (quem está obrigado a colacionar?) .....	629
9.11.3. Cálculo do valor do bem a ser colacionado .....	631
9.11.4. Dispensa da colação (doação no limite da cota disponível ao titular) .....	635
9.11.5. A doação remuneratória de ascendente para descendente: critério finalístico....	637
9.12. A partilha .....	639
9.12.1. Noções conceituais.....	639
9.12.2. Espécies de partilha .....	641
9.12.3. A anulação e a rescisão da decisão de partilha .....	644
9.12.4. O cabimento da emenda da partilha .....	648
9.12.5. A sobrepilha sucessória (prospectiva e retrospectiva) .....	650
9.12.6. A eventual necessidade de garantia dos quinhões hereditários.....	654
<b>Bibliografia .....</b>	<b>657</b>